



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

ANA VERA NOGUEIRA JOTA

**AS CONCEPÇÕES QUE AS FAMÍLIAS POSSUEM ACERCA DA EDUCAÇÃO
INFANTIL E DE SUA RELAÇÃO COM A ESCOLA**

QUIXADÁ

2015

ANA VERA NOGUEIRA JOTA

**AS CONCEPÇÕES QUE AS FAMÍLIAS POSSUEM ACERCA DA EDUCAÇÃO
INFANTIL E DE SUA RELAÇÃO COM A ESCOLA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Prof^ª. Ms. Maria de Jesus Araújo Ribeiro

QUIXADÁ

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

ANA VERA NOGUEIRA JOTA

**AS CONCEPÇÕES QUE AS FAMÍLIAS POSSUEM ACERCA DA EDUCAÇÃO
INFANTIL E DE SUA RELAÇÃO COM A ESCOLA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista.

Aprovada em: ____/____/2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Ms. Maria de Jesus Araújo Ribeiro (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Ms. Francisca Francineide de Pinho
Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF)

Prof^ª. Ms. Kátia Cristina Fernandes e Silva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

À minha família, pelo apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida.

Aos meus filhos: Emanuel, Clara e Ana Maria, pela compreensão dos momentos ausentes e por estarem sempre do meu lado me tornando uma pessoa mais feliz.

Aos meus pais, Adovaldo e Isolda, por me apoiarem em toda trajetória do curso e pelo amor incondicional.

Aos meus irmãos, especialmente a Tereza Cristina (minha Tetê), por cuidar dos meus filhos e também de mim. E por possibilitar o meu crescimento profissional.

Ao meu inesquecível Ednires Jota (em memória), que sempre me impulsionou a ser uma pessoa melhor, me amando e me promovendo profissionalmente.

À minha querida orientadora Prof^a Ms. Maria de Jesus Ribeiro Araújo, pela dedicação, compreensão e afeto em todo percurso de orientação.

A todos os professores do curso pela dedicação e motivação, que tanto contribuíram nesse caminho.

A Sara e Marla, pela hospitalidade oferecida durante todo o período do curso.

Às minhas colegas que fizeram esse percurso ser mais leve e agradável, em especial à Kuícia pelo acolhimento constante.

Às mães, pela disponibilidade na qual me concederam as entrevistas.

Aos meus colegas de trabalho, especialmente ao Acácio pelo apoio concedido.

“Nós nos tornamos nós mesmos através do outro.” (Vygotsky)

RESUMO

Este trabalho trata-se de uma pesquisa realizada em uma escola de educação infantil e ensino fundamental da rede municipal de ensino, localizada na cidade de Solonópolis-Ce. O objetivo foi investigar as concepções que as famílias possuem acerca da educação infantil, envolvendo aspectos como: a concepção de criança, de infância, desenvolvimento e aprendizagem e a relação da família com a escola no cotidiano da educação infantil. Para tanto, fez-se necessário trazer um breve histórico sobre os conceitos de família, de infância e de criança, como também focar as concepções sobre o processo de desenvolvimento e da aprendizagem, embasados nas contribuições de Vygotsky (1991; 2008), Kramer (2006; 2009) e Oliveira (1997), além de documentos legais como a LDBEN (BRASIL, 1996), DCNEI (BRASIL, 2009) e outros. A abordagem qualitativa, de caráter investigativo foi desenvolvida com características de estudo de caso. Os sujeitos da pesquisa foram cinco mães de alunos de três anos de idade. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com perguntas relativas aos objetivos desta pesquisa. As entrevistas revelaram que as famílias desconhecem a finalidade da Educação Infantil, atribuindo a ela um papel de ensinar a leitura e escrita convencional antecipadamente. Um fato evidenciado é a visão que as famílias têm ao colocar seus filhos na escola, não com o intuito de desenvolvimento pleno da criança, mas sim para prepará-la para o que ela possa vir a ser no futuro. Também foi identificado que, para as famílias, a relação entre família e escola é muito importante e deve ser mantida através do diálogo. No entanto, essa relação se dá apenas quando são feitas convocações para reuniões ou eventos na Instituição. Assim, cabe à Instituição desenvolver estratégias que possibilitem a aproximação espontânea da família para que juntas possam buscar meios de fortalecer essa parceria.

Palavras-chave: Educação Infantil. Família. Instituição de Educação Infantil.

ABSTRACT

This work is a qualitative approach carried out at a school in kindergarten and elementary school of municipal schools, located in Solonópole-Ce. The objective of this was to investigate the conceptions that families have about early childhood education, involving aspects such as the design of child, childhood, development and learning and the family's relationship with the school in early childhood education everyday. Therefore, it was necessary to bring a brief history of the family of concepts of childhood and child, but also focus on the conceptions about the process of development and learning, based on the contributions of Vygotsky (1991; 2008), Kramer (2006 , 2009) and Oliveira (1997), in addition to legal documents such as LDBEN (1996), DCNEI (2009) and others. The qualitative approach, investigative character was developed from a case study. The study subjects were five mothers of 3-year old students. Sought to hear the subject through semi-structured interviews and the analysis of the data revealed that families are unaware of the purpose of early childhood education by assigning it a role of teaching reading and writing conventional advance. A fact noted is the vision that families have to put their children in school, not the child's intention to develop fully and yes, prepare her for what she might be in the future. It was also identified that for families the relationship between both family and school, is very important and must be maintained through dialogue, however, this relationship occurs only when called for meetings or events Institution. Thus, it is the institution develop strategies that enable spontaneous approach the family and together they can look for ways to strengthen this partnership.

Keywords: Early Childhood Education. Family. Establishment of Early Childhood Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEB	Câmara da Educação Básica
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PMF	Prefeitura Municipal de Fortaleza
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil
SEB	Secretaria de Educação Básica

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
3 METODOLOGIA	31
4 APRESENTAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA	35
5 ANÁLISE DA PESQUISA	37
5.1 Os significados e expectativas da educação infantil na visão das famílias e sua relação com a escola.....	37
5.2 A Proposta Pedagógica e a relação escola e família.....	53
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	58
APÊNDICE A - CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA	61
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA A INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	52
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA AS FAMÍLIAS	64
APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM FAMÍLIAS	66

1 INTRODUÇÃO

“É na família que a criança encontra os primeiros ‘outros’ e com eles aprende o modo humano de existir. Seu mundo adquire significado e ela começa a constituir-se como sujeito. Isto se dá na e pela troca intersubjetiva, construída na afetividade, e constitui o primeiro referencial para a sua constituição identitária”.

(Szymanski)

Como afirma Szymanski (2004), a família é a primeira instituição que possibilita à criança suas iniciativas de interlocução e interação com as outras pessoas, seguidas de aprendizagens significativas sobre si mesma e sobre o mundo que a cerca. O cotidiano das relações estabelecidas com a família ou seus responsáveis, tem a função de desvelar o imenso potencial trazido pela criança a o nascer. Esse é um momento de construção de aprendizagens e de mútuo conhecimento por parte da família e da criança, em grande parte mediada pelas relações afetivas que são estabelecidas entre criança e adultos.

Num segundo momento, essa construção é ampliada com o acesso da criança à escola, onde novas relações são estabelecidas e novas aprendizagens são oportunizadas, tanto para a escola, quanto para a criança, quanto para a família, pois na ocasião todas encontram-se em processo de adaptação. Desta forma, é importante que a criança e a família sejam acolhidas com muito cuidado e atenção, considerando que todas as pessoas envolvidas nesse processo se encontram em adaptação às novas situações, até então não vivenciadas por esses segmentos: crianças, professoras, famílias e escola como um todo.

À família deve ser dada toda atenção, por ocasião do ingresso do filho na escola. Neste momento, a família se configura como partícipe desse processo de aprendizagens e desenvolvimento pleno da criança. Acreditamos que as relações entre escola e família são de suma importância, inclusive para que a criança se sinta segura nesse ambiente desconhecido. De acordo com Adriano Bonomi (1998, p. 161),

Compartilhar com adultos o crescimento e a educação de uma criança pequena envolve a prática de uma dinâmica relacional complexa. A criança, como objeto comum de cuidados e atenção, mas também de expectativas e avaliações, é fonte de um tipo particular de experiências conflitantes entre adultos.

Na relação entre escola e família existem muitas fragilidades que devem ser consideradas, principalmente se focalizarmos apenas a relação entre professoras e pais, por ser esta de maior proximidade e merecer uma maior atenção, por se tratar de pessoas que estão diretamente ligadas às crianças e juntas contribuirão para a construção do seu processo de pleno desenvolvimento. Discorrendo sobre as dificuldades e conflitos no relacionamento entre educadores e pais, Bonomi (1998) também menciona que as professoras falam mal dos pais, de suas recriminações, queixam-se de suas atitudes, por vezes considerando até de forma desrespeitosa em relação a elas mesmas.

Neste contexto, ocorre certa insegurança entre pais e professoras, com maior frequência no início desse relacionamento, por ocasião do ingresso da criança na escola, tendo em vista ser um período de muitas novidades e fragilidades. Por isso essa relação deve ser cuidadosamente revista, a fim de que a escola possa dar todo apoio aos pais e professoras, para que possam se sentir parceiros na caminhada que ora se constrói, tendo em vista que a questão mais importante está pautada na função precípua da escola, qual seja, a de educação e cuidado à criança, e que precisa ser efetivada nas creches e pré-escolas. Atitudes como essa permitem a segurança e o bem estar da criança.

Nesse sentido, é fundamental que Escola e Família sejam conhecedoras das suas funções. A instituição de educação infantil é um espaço institucionalizado que desenvolve ações de educação e cuidado, intencionalmente pensadas e planejadas para o desenvolvimento integral da criança. Enquanto que à família cabe a responsabilidade de educação de suas crianças, sem, contudo, possuir as responsabilidades que são próprias de uma ação curricular pensada por profissionais com qualificação específica na área. Barbosa (2009), consultora do MEC/SEB, reforça essa ideia afirmando que:

As crianças irão aprender atividades por um lado muito semelhantes às aquelas que vivenciam em suas famílias, como comer, brincar, fazer a higiene, mas, no ambiente educacional, essa experiência estará vinculada aos desafios da vida coletiva numa cultura diversificada (...). (2009, p. 81)

Vale destacar que as ações desenvolvidas por essas instituições devem ser planejadas a partir da elaboração da Proposta Pedagógica de educação infantil da instituição,

que é um plano orientador das concepções, das ações, das metas e estratégias a serem adotadas pela instituição, definindo que habilidades deverão ser alcançadas para o pleno desenvolvimento das crianças. Esse é um documento que deve ser elaborado com a participação da direção, professoras, famílias e demais integrantes da comunidade escolar, em conformidade ao que determina as DCNEI (BRASIL, 2009).

Com todas as mudanças ocorridas no formato como as famílias se organizam, faz-se necessário que a escola ressignifique seu olhar sobre esses novos arranjos familiares. Desde os primórdios, a família desempenha um papel de grande relevância na vida da criança, construindo junto com a escola esse ser, hoje reconhecidamente cidadão, sujeito social de direitos. As mudanças são parte integrante da dinâmica social e humana dos contextos sociais, culturais e econômicos onde a criança encontra-se inserida. Nesse tocante, de acordo com Temperman (2012, p. 44), “Compreender os novos arranjos familiares é importante para que os profissionais que atuam em creches, berçários e escolas possam contribuir para facilitar a integração das crianças e de sua família nesse espaço”.

Como nos lembra Silva (2010), há muitos anos atrás a família era do tipo patriarcal, onde quem determinava tudo era o pai, ficando a cargo dele o sustento da família. À mulher era destinada a responsabilidade com o cuidado e a educação dos filhos, assim como os trabalhos domésticos.

Com a revolução industrial, a partir do século XVII, um dos principais fatores que contribuiu para a mudança das estruturas familiares foi a inserção da mulher no mercado de trabalho (ARAÚJO, 2006), que passou do *status* apenas de “mãe e de dona de casa” à “mãe e trabalhadora”, especialmente por necessidade de se tornar cidadã, um sujeito atuante, produtivo e com autonomia para decidir os seus desígnios, sejam eles de ordem econômica, social, intelectual ou de outra natureza.

É nesse contexto que surge a luta das mulheres por creches. Segundo nos informa Ribeiro (2012), essa luta vem desde os anos 1970 e embora nos dias de hoje, com o advento da atual Constituição Federal (1988), a creche seja direito da criança, ela também auxilia a família, especialmente a mulher, a fim de que possa se incluir no mundo do trabalho, como cidadã que é, vale repetir, e desse modo as relações familiares entre homens e mulheres possam ser mais respeitadas e igualitárias. Ainda segundo Ribeiro (2012), existe uma necessidade premente da garantia da implementação e do fortalecimento de políticas públicas que contribuam com a divisão social do trabalho doméstico, entre pais e mães. Desse modo, a

educação infantil, entendida como todos os espaços coletivos próprios de atendimento destinado às crianças de 0 a 5 anos de idade (creches e pré-escolas), integrantes dos Sistemas de Ensino, significam uma garantia do direito da criança e uma grande estratégia de apoio às famílias, especialmente, na autonomia da mulher.

Contudo, as creches surgiram como um ambiente para acolher as crianças pobres, dessas mães trabalhadoras, sendo inicialmente mantidas por órgãos de caráter assistencial. Somente com a Constituição Federal (BRASIL, 1988) que as creches passaram a se constituir como um direito da criança. “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade”. A partir de então a Educação Infantil vem tomando proporções de valorização, partindo do próprio ordenamento legal da educação brasileira. Como diz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996, p.3), no seu artigo 29,

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

A criança passa a ser um cidadão de direitos, direitos esses que infelizmente, ainda, não são cumpridos regularmente, e que deveriam ser garantidos pelos Sistemas de Ensino e pelos pais. Essa afirmação é pautada pela LDBEN (BRASIL, 1996), no Art. 2º, que assim determina:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A tarefa de educar e cuidar são funções da escola e da família e se faz necessário uma maior atenção sobre essas, afim de que seja cumprida a função de cada um desses dois segmentos. Podemos observar que as fragilidades na relação escola e família são objeto de estudo de vários pesquisadores, como Lima (2012), Gouveia (2012) e Bhering e Sarkis (2007).

Lima (2012), em sua monografia, trata sobre a relação da família e a instituição da educação infantil, neste estudo foram analisadas as concepções das famílias, da professora e da coordenadora de uma instituição de Educação Infantil, sobre o papel da família e da instituição na educação e no cuidado das crianças. Esta se fundamentou principalmente nos

escritos de Ariès (1981), Kuhlmann Jr. (1998) e Cruz (2000), fazendo um breve histórico sobre o atendimento as crianças. Foram também utilizadas referências da legislação brasileira: Constituição Federal (1988), Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), a LDBEN (1996) e a Resolução nº 5 do Conselho Nacional de Educação, CNE/CEB (BRASIL, 2009). Foram destacadas as relações entre família e instituição de educação e o desenvolvimento da criança, enfocando os estudos de Vygotsky (1991; 2008) sobre o desenvolvimento psicológico da criança.

A investigação acima referida se vincula a uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo, desenvolvida a partir de um estudo de caso, através de entrevistas semiestruturadas, sendo os sujeitos da pesquisa, duas famílias, uma professora e uma coordenadora de uma escola pertencente à rede municipal de ensino do município de Fortaleza.

Ainda segundo Lima (2012), por meio de sua pesquisa foi possível observar que havia um vácuo na relação escola/família, ficando evidente a necessidade de iniciativas promovidas principalmente pela escola para mudar esta realidade. No relato de uma família, ficou claro certa dificuldade até mesmo de entrar na escola, sendo algumas vezes necessária a autorização da coordenadora para tal. A professora, que no geral é a principal pessoa procurada pela família, revelou em alguns momentos sua insatisfação com a presença dos pais que estão ali para fazer críticas e tirar dúvidas. Lima (2012) ressalta que a dificuldade de relacionamento entre escola e família não é apenas na escola onde fez sua pesquisa, mas que em seus estudos observou outras pesquisas que obtiveram a mesma conclusão.

Gouveia (2012), em sua monografia, pesquisou sobre as relações escola e família com o objetivo de analisar a importância da relação entre a instituição de Educação Infantil e as famílias das crianças, na perspectiva de professoras e pais, realizada em uma Instituição de Educação Infantil, localizada na cidade do Crato-CE. Esta pesquisa faz menção à importância da educação infantil no contexto da criança e dos envolvidos neste processo, pais, professores e gestores.

Gouveia (2012) mostra que os professores e os pais concebem a parceria entre instituição e família como fundamental na formação da criança e da necessidade de participação de todos os envolvidos. Foram sujeitos de sua pesquisa duas professoras, um pai e uma mãe, que revelaram sua concepção de criança “como um ser indefeso e dependente”, desse modo, entrando em contradição com o que diz as DCNEI (BRASIL, 2009), revelando o

despreparo das professoras e dos pais. Contudo, entendem a importância da instituição para o desenvolvimento da criança e a parceria da família/escola. Ainda assim, existem cobranças por parte de alguns professores que reclamam da falta de participação dos pais nas reuniões. Outrossim, estes reivindicam horários mais flexíveis de modo a viabilizar os vínculos entre a instituição e as famílias. Entretanto existem, de acordo com os mesmos, poucas oportunidades de situações que promovam essa interação. A família é aqui concebida pelas professoras entrevistadas, como uma grande parceira no desenvolvimento educacional das crianças e estas por sua vez comungam do mesmo pensamento.

Bhering e Sarkis (2007) realizaram uma pesquisa de caráter qualitativo com pais de crianças do berçário e do maternal, em uma escola de educação infantil universitária. O foco era a relação escola e família e tinha como objetivo principal investigar a visão sobre a educação infantil e os sentimentos vividos pelos pais quando da inserção de seus filhos na creche. As autoras acima citadas relataram as dificuldades enfrentadas tanto pelas crianças, como pelos professores e pelos pais, durante a inserção dos filhos na escola. Todos enfrentaram momentos de muita insegurança, especialmente os pais, tendo em vista que as crianças eram muito novas. Entretanto, todos reconheciam ser de suma importância a parceria entre escola e família para enfrentarem juntos e com segurança essa fase de transição vivida por todos, instituição de educação infantil, famílias e crianças.

De acordo com minha experiência enquanto professora na Educação Infantil desde 2008, por ocasião dos processos de adaptação das crianças acontecem sempre muitas dúvidas sobre o que fazer para contribuir com um melhor acolhimento das crianças e de suas famílias. Todavia, nenhum dos segmentos envolvidos nega a importância dessa relação entre família e instituição de educação infantil. As autoras desta pesquisa chegaram à conclusão que há urgência em mudanças significativas para garantir que as crianças sintam-se seguras na instituição que fazem parte.

Meu interesse em investigar as concepções que as famílias possuem acerca da educação infantil parte dos muitos desencontros no que se refere à minha própria visão como professora e a visão dos pais, que não valorizam as brincadeiras como momentos de aprendizagens e querem que seus filhos ao concluir essa etapa da educação básica ingressem no ensino fundamental com um nível de aprendizagem para além do que propõem a legislação pertinente, como objetivo e finalidades da educação infantil.

Assim, meu trabalho de pesquisa terá como objetivo geral investigar que concepções as famílias possuem acerca da educação infantil e de sua relação com a escola, e como objetivos específicos:

- Investigar qual o significado da educação infantil para as famílias das crianças;
- Analisar o que as famílias esperam da educação infantil para suas crianças;
- Identificar, na opinião das famílias, como elas veem a relação entre a escola e a instituição de educação infantil;
- Examinar o que a proposta pedagógica da Instituição de Educação Infantil considera sobre a relação família-instituição de educação infantil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

“Acreditamos que a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se a nossa opção é progressiva, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho se não vivermos a nossa opção. Encarná-la, diminuindo, assim, a distância entre o que dizemos e o que fazemos”. (Paulo Freire)

As concepções que as famílias possuem acerca da educação infantil e de sua relação com a escola serão investigadas à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) e das autoras Cynthia Bisinoto Evangelista de Oliveira e Claisy Maria Marinho-Araújo (2010) e Heloisa Szymanski (2004), que tratam da relação escola família.

A família e a escola são as primeiras instituições que possibilitam a construção de conhecimentos às crianças, sendo a família o primeiro vetor desses. Nela, a criança aprende a se comunicar com o mundo. No entanto, desde o início de sua existência, essa instituição vem passando por profundas alterações e conceitos variados. De acordo com Oliveira e Marinho-Araújo (2010, p.100), “ainda não é possível afirmar um conceito de família que seja aceito pelos estudiosos da área, pelas instituições governamentais e pela sociedade”. Petzold (1996) *apud* Oliveira e Marinho-Araújo (2010, p. 100) lembram que “o critério de intimidade deve ser a variável fundamental para definir família, o que, conseqüentemente, reflete-se no fato de que mesmo os casais sem filhos são reconhecidos como uma unidade familiar”.

A partir das considerações acima mencionadas, a família é um grupo social especial, caracterizado por intimidade e por relações intergeracionais. Se levarmos o conceito de família pelo grau de parentesco, nos equivocamos, por existirem famílias que não possuem

parentesco e são famílias. O Senhor Chico Jota¹, bastante conhecido na cidade em que residi, sempre dizia, “Minha família são os que me consideram”. Acreditamos neste conceito de família que é dado a partir de valores como a consideração, o respeito e o amor mútuo que existe entre as pessoas. É na família que devemos encontrar segurança e bem estar. De acordo com o Papa Francisco, por ocasião de um encontro com as famílias em Roma, ele afirmou: “A alegria verdadeira vem da harmonia profunda entre as pessoas, que todos sentem no coração, e que nos faz sentir a beleza de estarmos juntos, de nos apoiarmos uns aos outros no caminho da vida”.

No entanto, seria ingênuo pensar que em todas as famílias existem afeto, respeito e amor. Em muitas delas é possível que, numa relação dialética, ocorra não somente relações de afetividade, mas de desafetos, desrespeito e desamor. É de se supor que essas relações, sejam elas de afeto ou desafeto, reflitam em todos os espaços e ambientes, seja na própria família, com o grupo de amigos, com os vizinhos e principalmente na escola, por ser esta a segunda instituição na qual se convive com maior número de pessoas (crianças ou adultos) e também onde se passa maior tempo do dia.

Na atualidade passaram a existir vários arranjos de família, as quais não se restringem mais à família nuclear, composta por pai, mãe e filhos. Há uma diversidade de formatos de organização familiar. Como descrevem Oliveira e Marinho-Araújo (2010, p.101),

Os diferentes tipos de família que tem sido descritos com maior frequência pelos pesquisadores da área são: família homossexual ou casais homossexuais; famílias extensas; família multigeracionais; família reconstituída ou recasada; família de mãe e pai solteiro; casais que coabitam/vivem juntos; viver com alguém cuidando dele.

Ainda nessa perspectiva da existência de uma diversidade de organizações familiares, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (BRASIL, 1998) traz sua contribuição, afirmando:

Além da família nuclear que é constituída pelo pai, mãe e filhos, proliferam hoje as famílias monoparentais, nas quais apenas a mãe ou o pai está presente. Existem, ainda, as famílias que se constituíram por meio de novos casamentos e possuem filhos advindos dessas relações. Há, também, as famílias extensas comuns na história brasileira, nas quais convivem na mesma casa várias gerações e/ou pessoas ligadas por parentescos diversos. É possível ainda encontrar várias famílias coabitando em uma mesma casa. Enfim, parece não haver limites para os arranjos familiares na atualidade. (p. 76)

¹Um dos homens cultos e de grande sabedoria popular da cidade de Mombaça, estado do Ceará.

São estas famílias que na maioria das vezes a escola chama de família “desestruturada”. No entanto, a escola deve conhecer as famílias, estreitar as relações com ela para compreender o contexto em que vive a criança, como são realizadas as trocas de conhecimentos entre elas e os adultos com os quais convive e de que modo realizam esses processos de formação e de conhecimentos, quais são suas necessidades e seus limites que estão ligados diretamente às relações familiares, independente da sua forma de organização. Portanto, compete à escola se adequar às mudanças ocorridas nas configurações familiares existentes, pois a família e a escola são as duas principais instituições a articular os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade com as experiências e conhecimentos que a criança está construindo. Nesse sentido, faz-se necessário que caminhem juntas, cada instituição sabendo a sua função nos processos de aprendizagem e desenvolvimento integral e bem estar da criança, cumprindo com suas funções de educação e cuidado, conforme a especificidade de cada uma destas.

No que se refere ao relacionamento escola e família, diante de pesquisas realizadas, podemos observar que essa relação, na maior parte das instituições, acontece de forma bastante conflituosa. Bonomi (1998, p. 161) “considera o relacionamento entre professoras e as famílias como um dos aspectos mais problemáticos na vida das instituições e onde mais se solicitam um trabalho de reflexão e pesquisa”.

A escola por sua vez ainda está em um processo de ajustes, principalmente no que se refere à educação infantil, que passa por consideráveis transformações desde o início de seu funcionamento, especialmente nas creches, com o advento de sua inclusão nos Sistemas de Ensino. Nesse sentido, Kulmann Jr. (1998, pp. 15-16) defende que,

O fato social da escolarização se explicaria em relação aos outros fatos sociais, envolvendo a demografia infantil, o trabalho feminino, as transformações familiares, novas representações sociais da infância, etc. Uma sociologia centrada sobre a escola das crianças pequenas não poderia ser separada nem de uma sociologia mais global da pequena infância, nem das aquisições de outros campos sociológicos, como as sociologias da família e do trabalho, ou mesmo da sociologia urbana.

A educação infantil surgiu pelas necessidades e anseios de uma sociedade que impulsionava as mudanças, e de acordo com a classe social eram estabelecidos objetivos distintos: famílias de classe “alta” visavam à escolarização dos filhos, uma preparação melhor

para a vida escolar. Por outro lado, as famílias de classe “baixa” demandavam um lugar para que as crianças ficassem enquanto suas mães trabalhavam, sem uma preocupação maior com a educação “escolar” dessas crianças.

Os conceitos de infância e criança sofreram consideráveis mudanças ao longo do tempo. De acordo com os estudos realizados por Ariès (1986 *apud* PINTO, 1997), nas civilizações clássicas encontramos uma valorização da educação, que foi associada à constituição da categoria infância e por consequência se dá o surgimento do conceito e a preocupação com a pedagogia. Essa concepção teve declínio na idade média, quando a fase da infância não era reconhecida e as crianças passaram a ser concebidas como “adultos em miniatura (*homunculus*): trabalham, comem, divertem-se e dormem no meio dos adultos. Todavia, isso não significava que as crianças fossem negligenciadas. Não havia uma separação entre as ações desenvolvidas por adultos e crianças, elas participavam de todos os eventos juntamente com os adultos e tinham que se comportar como tal. Ainda segundo Pinto (1997), podia-se observar esse fato por meio do que era retratado nos filmes medievais, onde crianças participam de execuções de condenados em praças públicas.

Com o crescimento da burguesia, foram aumentando o interesse pela alfabetização, havendo, portanto, novamente uma valorização da infância com o Iluminismo, como relata Pinto (1997) de acordo com os estudos realizados por Ariès sobre a história da infância e da família. Percebemos oscilações no reconhecimento e valorização da infância no decorrer da história, por exemplo, por meio de fotos que eram divulgadas pela imprensa.

O conceito de infância apresentado nos dicionários diz que é o período da vida do ser humano que vai desde o nascimento até a adolescência. Trata-se de um período importante, que deve ser uma etapa da vida muito valorizada e respeitada, pois é a base do desenvolvimento psicológico gradual do ser, onde se inicia a formação da personalidade nas interações com o meio. De acordo com Oliveira (1997, p. 38),

A interação face a face entre indivíduos particulares desempenha um papel fundamental na construção do ser humano: é através da relação interpessoal concreta com outro Homem que o indivíduo vai chegar a interiorizar as formas culturalmente estabelecidas de funcionamento psicológico.

Portanto, o meio irá contribuir de forma positiva ou negativa na formação psicológica da criança, que tem o direito de ter a sua infância preservada pelos adultos que a

rodeiam. Entretanto, muitas vezes isso não ocorre, pois em pleno século XXI existem crianças famintas, sofrendo agressões, abusos, maus tratos, trabalho infantil, mesmo estando amparada legalmente por diversas Leis.

Nesse sentido, pode-se afirmar que não existe nem um sentimento, nem um conceito único de criança ou infância. Estes são conceitos que se encontram em constantes transformações no decorrer do tempo, sendo modificados de acordo com os contextos históricos políticos, econômicos e sociais.

Fatos ocorridos ao longo da história da infância condizem com todas as conquistas realizadas para os direitos e valorização do ser humano, como por exemplo, a conquista de igualdade das mulheres que também se refletiu de forma direta nos direitos a educação de seus filhos. A valorização da infância e o seu reconhecimento como etapa crucial do desenvolvimento refletiu-se na importância e necessidade de educação e cuidado das crianças.

No Brasil, por muito tempo a educação infantil, especialmente em creches, existiu com um forte caráter assistencialista que visava principalmente auxiliar as mulheres que trabalhavam fora de casa e não tinham com quem deixar seus filhos, a não ser em creches. Estas não existiam com caráter educacional, apenas centravam-se no cuidar das crianças, de modo assistencialista e sem o reconhecimento dessa instituição como um direito. Nesse sentido, Kuhlmann Jr. (1998, p. 73) adverte que “o pensamento educacional [...] insiste na negação do caráter educativo daquelas creches associadas a entidades ou propostas assistenciais [...]”. E insiste afirmando que, “[...] toda instituição tem um caráter educacional”.

Na perspectiva acima referida, a diferença é que existem pelo menos duas óticas de propostas de educação: uma que propõe a educação como fator de desenvolvimento e de aprendizagem que discute e tem uma visão crítica da realidade, e a outra em que o desenvolvimento e a aprendizagem são focados como fatores disciplinadores e de obediência. Nesse sentido, uma conduz para uma educação emancipatória e a outra para uma educação para a subalternidade.

Ainda nesse sentido, a ideia que predominou até pouco tempo foi a de instituições de educação infantil de cunho assistencialista, que por sua vez foi acompanhada da compreensão de que a educação deveria ser focada na concepção de cuidado e guarda da criança, devendo ser destinada especialmente para as crianças “carentes”, dos extratos sociais mais pobres. Nessa perspectiva, não se pode esquecer que historicamente a educação infantil, especialmente as creches, ficou até bem pouco tempo sob a responsabilidade das secretarias

de assistência social. Entretanto, essa polaridade da discussão entre a assistência *versus* educação precisa ser ampliada. Kuhlmann Jr. (1998) anuncia isto quando informa que já existia intenção pedagógica nas primeiras formas de educar crianças no Brasil.

Em decorrência do alto índice de mortalidade infantil, desnutrição e acidentes domésticos, causados pelo fato de as crianças ficarem em casa sem o acompanhamento de adultos, a sociedade, por meio dos movimentos sociais de mulheres e de tantos outros, percebeu a necessidade de um espaço fora de casa que atendesse essas crianças, surgindo assim as creches, que em sua maioria possuíam caráter filantrópico e assistencial. Segundo Oliveira (2005, p. 62),

[...] a [criança] começou a ser vista como sujeito de necessidades e objeto de expectativas e cuidados situados em um período de preparação para o ingresso no mundo dos adultos, o que tornava a escola [pelo menos para os que podiam frequentá-la] um instrumento fundamental.

Vale destacar que o assistencialismo predominou por muito tempo no Brasil, com algumas tentativas de tornar a educação um direito, até a década de 1980, quando diferentes setores da sociedade e pesquisadores da área da infância passaram a defender as crianças visando os seus direitos como cidadãos brasileiros, tendo influenciado muito na elaboração da Constituição Federal de 1988. A partir de então as crianças passaram a ter o direito à educação, garantido por lei, como descreve Kramer (2006, p. 801):

Importante foi o papel desempenhado pelos movimentos sociais que conquistaram o reconhecimento, na Constituição de 1988, do direito à educação das crianças de 0 a 6 anos e do dever do Estado de oferecer creches e pré-escolas para tornar esse direito (assegurada a opção da família), reafirmado no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996. Nos últimos anos, movimentos sociais, redes públicas municipais e estaduais e universidades têm buscado expandir com qualidade a educação infantil.

Nesse sentido, a criança passou a ser legalmente uma cidadã com direitos civis, humanos e sociais, sem levar em conta a classe social ou a forma de organização familiar. Porém, é necessário que entendamos o processo de aprendizagem de acordo com o contexto que a criança está inserida, observando suas necessidades e garantindo os seus amplos direitos, o quais, de acordo com a Constituição Federal de 1988, ficaram assim determinados:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao

lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-las a salvo de todas as formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, Art. 227).

A partir da Constituição de 1988, foram elaboradas, de forma mais específicas, outras leis que reafirmam os direitos das crianças, como descreve Kramer (2006, p. 805):

Incorporando as orientações da Constituição de 1988, o MEC (Brasil, 1994) publicou diretrizes para nortear a política de educação infantil sintetizadas em princípios que conceituam a educação infantil primeira etapa da educação básica, que integra creches e pré-escolas, distintas apenas pela faixa etária, com ação complementar à família, integrando educação e cuidado.

Nesse aspecto, a partir da Constituição Federal (1988), as creches deixaram de ser vinculadas à assistência social, passando assim a integrar os Sistemas de Ensino. Nas últimas décadas têm acontecido muitos avanços na educação infantil, que até então eram quase despercebidos.

Leis como o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e a Lei de Diretrizes e Base da Educação da Educação Nacional (BRASIL, 1996) vêm reafirmar o direito das crianças pequenas à educação infantil, sendo dever do Estado promovê-la e da família e da sociedade, complementá-la. Assim, fica evidente que a educação infantil passa a ser compreendida como um direito das crianças de zero a cinco anos e não mais uma dádiva.

A educação infantil é oferecida para, em complementação à ação da família, proporcionar condições adequadas de desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social da criança e promover a ampliação de suas experiências e conhecimentos, estimulando o seu interesse pelo processo de transformação da natureza e pela convivência em sociedade (BRASIL, 1996, p. 15).

A criança se desenvolve e se constrói como ser humano a partir da sociedade na qual está inserida. Portanto as relações que estabelece com os objetos, com a natureza, com a sociedade e com os outros homens são de fundamental importância para o seu desenvolvimento pleno. Assim, a criança tem a possibilidade de aprender com a sociedade

e também transformá-la. De acordo com Oliveira (1997, p.38), em seus estudos sobre a teoria de Vygotsky, “(...) é através da relação interpessoal e concreta com outros homens que o indivíduo vai chegar a interiorizar as formas culturalmente estabelecidas do funcionamento psicológico”. Nesse sentido, é por meio das concepções de interacionistas,

partindo de Vygotsky, Piaget e Wallon, que a educação infantil tem se embasado para realizar o desenvolvimento integral e a construção de conhecimentos sobre a criança.

Nessa perspectiva, vejamos o que tem sido atribuído como conceito de criança de acordo com o dicionário de língua portuguesa Michaelis: “Ser humano no período da infância; menino ou menina. Pessoa que se entretém com coisas pueris ou não trata os negócios com seriedade. Criança de peito: a que ainda mama”.

Podemos observar que este conceito deixa muito restrito o significado de criança, pois ao longo do tempo vem se modificando e tomando proporções bem mais significativas, principalmente pelos direitos conquistados legalmente. Podemos observar isso a partir do que traz as DCNEI, que afirma ser a criança,

Um sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2009, p. 6)

Já o ECA, lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (atualizado com a lei nº 12.796/2013, de 04 de abril de 2013) traz a importância atribuída às crianças no seu art. 3º quando afirma:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990, art. 3º).

Assim, existe todo um aparato legal explicitando a importância do ser criança a partir da garantia de escuta do que pensa, sente e deseja.

É nesse contexto que a educação infantil como direito é definida no Parecer CNE/CEB nº 20/2009, em seu artigo 5º que determina:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. (BRASIL, 2009, p. 19).

A Educação Infantil, no contexto atual tem como função indissociável o cuidar e o educar. Esta não substitui o papel da família, pois têm papéis distintos, os quais são

mencionados no Parecer N°20/2009 (CNE/CEB) que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009). Nesse sentido afirma que,

A função das instituições de Educação Infantil, a exemplo de todas as instituições nacionais e principalmente, como o primeiro espaço de educação coletiva fora do contexto familiar, ainda se inscreve no projeto de sociedade democrática desenhado na Constituição Federal de 1988 (art. 3º, inciso I), com responsabilidades no desempenho de um papel ativo na construção de uma sociedade livre, justa, solidária e socioambientalmente orientada. (BRASIL, 2009, p. 5).

Ainda de acordo com Parecer nº 20/2009, acima referido, no item 4 se destaca a necessidade de cumprir a função sociopolítica e pedagógica da instituição de educação infantil e afirma que isso,

(...) implica assumir a responsabilidade de torná-las espaços privilegiados de convivência, de construção de identidades coletivas e de ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas, por meio de práticas que atuam como recursos de promoção da equidade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância. (...) requer oferecer as melhores condições e recursos construídos historicamente e culturalmente para que as crianças usufruam de seus direitos civis, humanos e sociais e possam se manifestar e ver essas manifestações acolhidas, na condição de sujeito de direitos e de desejos. (BRASIL, 2009, p. 6).

Faz-se necessário que o Estado cumpra com suas responsabilidades, que as instituições de educação infantil promovam um ambiente acolhedor de socialização, oportunizando às famílias maiores relações entre si e entre a escola, de modo a apoiar as crianças no seu desenvolvimento integral, respeitando seus direitos civis, humanos e sociais., As DCNEI destacam que tudo isso,

Significa, finalmente, considerar as creches e pré-escolas na produção de novas formas de sociabilidade e de subjetividades comprometidas com a democracia e a cidadania, com a dignidade da pessoa humana, com o reconhecimento da necessidade de defesa do meio ambiente e com o rompimento de relações de dominação étnica, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa que ainda marcam nossa sociedade. (BRASIL, 2009, p. 6).

Contudo, o cumprimento dessa função resultará no desenvolvimento integral da criança, em aprendizagem e no seu bem estar, que são os objetivos da educação infantil.

Pesquisadores pertencentes à corrente interacionista, como por exemplo, Vygotsky, acreditam que o desenvolvimento da criança não depende apenas dos fatores biológicos, seu desenvolvimento se dá através das interações com o meio, em seu ambiente social e histórico. Para Oliveira (1997, p. 56),

Ao lado de sua preocupação constante com a questão do desenvolvimento, Vygotsky enfatiza, em sua obra, a importância dos processos de aprendizado. Para ele desde o nascimento da criança, o aprendizado está relacionado ao desenvolvimento e é “um aspecto necessário e universal do processo do desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas”. [...] Mas é o aprendizado que possibilita o despertar de processos internos de desenvolvimento que, não fosse o contato com o indivíduo com certo ambiente cultural não se ocorreriam.

Portanto, o desenvolvimento infantil ocorre nas relações estabelecidas nas diferentes situações vivenciadas com a família e na instituição de educação infantil, destacando assim a importância das instituições de ensino. Vygotsky (1991, p. 97) contribuiu diretamente para a educação, principalmente quando estabelece um componente nomeado de desenvolvimento real², um componente chamado de desenvolvimento potencial³ e por fim um componente chamado desenvolvimento proximal⁴, que numa visão prospectiva, determina onde a criança pode chegar, no que se refere às suas possibilidades de aprendizado. Nesse sentido, Oliveira (1997, p. 60) afirma que,

A ideia do nível de desenvolvimento potencial capta assim um momento do desenvolvimento que caracteriza não as etapas já alcançadas, já consolidadas, mas as etapas posteriores, nas quais a interferência de outras pessoas afeta significativamente o resultado da ação individual .

É com essa concepção que compreendemos a criança como um sujeito ativo, que busca, explora e aprende através de suas ações sobre os objetos no mundo e as interações que estabelece com o outro, e não um sujeito que recebe o conhecimento como algo pronto e acabado.

Todavia, se faz necessário pensar na proposta pedagógica, documento orientador das ações das instituições de educação infantil. Este é definido como sendo “o plano orientador das ações da instituição e define as metas que se pretendem para o desenvolvimento dos meninos e meninas que nela são educados e cuidados, as aprendizagens que se querem promovidas” (BRASIL, 2009, p. 6). É ainda na construção dessa proposta que

² ...que se costuma determinar através da solução independente de problemas.

³ ...determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes.

⁴ ...é a distância entre o nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento potencial.

coletivamente se organiza o currículo da instituição, assim denominado pelo Parecer nº 20/2009:

(...) um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico. Tais práticas são efetivadas por meio de relações sociais que as crianças desde bem pequenas estabelecem com os professores e as outras crianças, e afetam a construção de suas identidades. (BRASIL, 2009, p. 6).

É importante destacar que essa concepção de currículo adotada pela legislação brasileira e por este trabalho de investigação compreende que em nenhuma hipótese as situações de aprendizagem propostas às crianças podem ser repetitivas e sem significado para elas. Ao contrário, quando passam a pertencer a uma instituição de educação infantil, as práticas pedagógicas devem partir das experiências e conhecimentos trazidos pelas crianças, sendo mediados, especialmente, pela professora, que faz a articulação com os diversos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade.

Vale destacar ainda que as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas professoras devem ser intencionalmente pensadas e sistematicamente avaliadas, por ocasião dos processos coletivos de troca de experiências, estudos e planejamento de novas práticas. Para tanto, é necessário que a escola disponha do Projeto Político Pedagógico, bem elaborado com a participação de toda a comunidade escolar, como é definido no Parecer nº 20/2009:

A gestão democrática da proposta curricular deve contar na sua elaboração, acompanhamento e avaliação tendo em vista o Projeto Político-Pedagógico da unidade educacional, com a participação coletiva de professoras e professores, demais profissionais da instituição, famílias, comunidade e das crianças, sempre que possível e à sua maneira. (BRASIL, 2009, p.6).

3 METODOLOGIA

Para desenvolver o presente trabalho foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, com o objetivo de investigar as concepções que as famílias possuem acerca da educação infantil, utilizando como método o estudo de caso, com entrevista semiestruturada realizada através de roteiro.

De acordo com Minayo (2011), a pesquisa qualitativa compreende três etapas, conforme o que se segue:

(...) a primeira, a fase exploratória, que consisti na produção do projeto de pesquisa e sua preparação definindo a escolha do seu trabalho e os caminhos a serem percorridos para a entrada no campo. A segunda, a que consiste em levar para a prática a teoria realizada na primeira etapa. E por fim, a análise e tratamento do material empírico e documental, no qual consiste em (...) valorizar, compreender, interpretar os dados, articulá-los com a teoria que fundamentou o projeto ou com outras leituras teóricas e interpretativas cuja necessidade foi dada ao trabalho de campo. (p. 26)

É necessário, portanto, que o pesquisador se utilize de instrumentos de pesquisa, como a observação, a entrevista ou o questionário para realizar a análise dos dados obtidos. Para tanto, a pesquisa qualitativa não se preocupa com dados numéricos (GALEFFI, 2009).

Assim, vou aqui procurar fazer um esforço de síntese conceitual da história da pesquisa qualitativa, porque não é esse o lugar para se investigar o passado da ciência humana do ponto de vista da especialização historiográfica, e sim o lugar de reinventar a ciência para usufruto das necessidades relativas à existência humana universal instante, o que nunca pode ser um lugar comum, uma mera repetição mecânica de operações modelares ideais, pois compreende o funcionamento atual dos organismos auto-reflexivos em seus processos de retroação contínuos, compreendendo-se tanto o caráter computante do cérebro unido ao caráter sensível do corpo, quanto o caráter cogitante da mente. (GALEFFI, 2009, p.17)

Sabendo da fundamental importância das pesquisas qualitativas e suas contribuições para a evolução humana, entendendo que por estar em constante transformação não se pode dar exatidão em resultados nas pesquisas relacionadas às ciências humanas, mas sim resultados qualitativos, Minayo (2011, p. 20) afirma que

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes [...], o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos

processos e dos fenômenos que não pode ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Porém ainda existe a ideia de que esse tipo de pesquisa não seja válida por não trazer dados exatos, como mostra Galeffi (2009): “Diante do quadro entre a diferenciação das ciências da natureza e ciências do homem, há enorme lacuna que requisitam investigações apropriadas e isentas do partidarismo corriqueiro e da disputa pela maior e mais perfeita validade epistemológica.” No entanto, tanto as pesquisas qualitativas das ciências humanas, quanto as pesquisas quantitativas das ciências naturais têm sua importância para a evolução do homem. Ainda de acordo com Galeffi (2009, p. 20),

Antes de fazer defesas em prol de uma das facções é preciso indagar radicalmente acerca da constituição que nos habilita a formular proposições e a inferir juízos e a produzir conceitos de qualquer natureza ou espécie. Esse movimento de indagação é contrário a qualquer separação entre quantitativo e qualitativo, objetivo e subjetivo, mente e corpo, pois a separação é uma construção cultural e o que se quer saber diz respeito à totalidade vivente que cada um de nós abriga, independentemente do grau de compreensão e da explicação que se possa vir a alcançar em qualquer movimento de atualização dos dados imediatos da consciência.

Sabendo da importância de uma pesquisa qualitativa e seus possíveis benefícios científicos e sociais, a presente investigação inscreveu-se na abordagem qualitativa, realizada a partir de um estudo de caso. Teve como objetivo geral investigar que concepções as famílias possuem acerca da educação infantil e de sua relação com a escola; e como objetivos específicos:

- ✓ Investigar qual o significado da educação infantil para as famílias das crianças;
- ✓ Indagar o que as famílias esperam da educação infantil para suas crianças;
- ✓ Identificar, na opinião das famílias, como elas veem a relação entre a escola e a instituição de educação infantil;
- ✓ Verificar se a proposta pedagógica da Instituição de Educação Infantil trata sobre a relação família-instituição de educação infantil.

Desse modo, acreditamos, por meio da abordagem qualitativa e do método estudo de caso, atender aos objetivos propostos e nos aproximarmos das concepções que as famílias possuem sobre a educação infantil, o que esperam da educação infantil para suas crianças e como veem a relação entre escola e família.

A pesquisa foi realizada em uma escola da Rede Municipal de Educação, localizada na zona rural do município de Solonópole, no estado do Ceará, fundada a mais de meio século. É considerada uma escola de tradição, por ser construída há muito tempo. Já passou por várias reformas, mas o número de salas continua insuficiente por funcionar apenas em um turno, pela manhã, fazendo-se assim necessário o funcionamento de duas turmas em um anexo próximo à escola.

A instituição é uma Escola de Ensino Fundamental, onde também funciona a educação infantil. Atende as crianças de toda a comunidade local, a partir dos três anos de idade e o ensino fundamental do 3º ano ao 9º ano. A ausência de oferta para o 1º e 2º ano justifica-se por não haver alunos suficientes para formar as turmas. Estas crianças estão sendo transportadas em transporte escolar para uma escola situada na sede do município.

A escola possui sete salas de aula ao todo, com mobília renovada de cadeiras com mesas e birôs; entretanto, as salas de educação infantil não receberam mobília nova. Possui ainda um laboratório de informática, funcionando apenas com dois computadores e *internet*, mais uma impressora de médio porte. Existe também uma cozinha, um almoxarifado, três banheiros (um masculino e um feminino para alunos e outro para funcionários da instituição). A ausência de banheiros separados para os funcionários, de biblioteca e sala de professores dificulta principalmente o momento de estudo realizado pelos professores.

Possui ainda um pátio amplo e um espaço externo que pode ser utilizado pelas crianças, com árvores e areia, possibilitando momentos de brincadeiras e de interações agradáveis. Mesmo com todas as limitações, os resultados têm sido favoráveis nas avaliações externas. Possui uma característica que lhe é peculiar: todos os filhos dos funcionários estudam na referida escola. A mesma é constituída por cento e dez alunos, distribuídos pela educação infantil e pelo ensino fundamental. Constam no quadro de funcionários um diretor, um coordenador pedagógico, dois professores de educação infantil, nove professores no ensino fundamental, nove auxiliares de serviços gerais e três motoristas.

A opção pela escolha desta instituição como campo de pesquisa se deveu à sua proximidade com a residência da pesquisadora e também pelo conhecimento prévio da referida instituição, facilitando assim a realização da pesquisa com as famílias.

As famílias, em sua maioria, são participantes ativas dos eventos promovidos pela escola, reuniões e comemorações, ocorrendo sempre uma frequência de aproximadamente

90%. Em sua maior parte, as famílias são organizadas como família nuclear e possuem características do patriarcado, onde o provedor é o pai.

São de classe média baixa, com renda aproximada de um salário mínimo, com atividade econômica ligada à agropecuária. Tem profissões de pedreiros, apicultores e funcionários públicos. O nível escolar chega até o ensino médio e suas idades encontram-se no intervalo entre 25 a 40 anos. A média de filhos é de dois por família. A cultura local tem como destaque a religiosidade do povo, com as festas do padroeiro local e dos sítios próximos, com predominância da religião católica. Também participam de festas como o carnaval, as festas juninas e as vaquejadas, que são bastante apreciadas, inclusive acontecendo anualmente na própria comunidade em que a escola está inserida.

Os sujeitos da pesquisa são nove mães de crianças de três e quatro anos, selecionadas em virtude de seus filhos pertencerem a uma única turma, e pela disponibilidade de cada uma. O número de crianças é insuficiente para formar duas turmas, sendo uma de 3 e outra de 4 anos.

As entrevistas foram realizadas nas residências de cada família ao invés de realizadas por convocação à unidade de ensino, para maior comodidade, tendo em vista a distância das casas em relação à escola. Em virtude do pouco tempo para concluir essa investigação, a pesquisadora escreveu as respostas das famílias, apresentadas pelas mães, no roteiro que havia organizado previamente. No entanto, as questões continuaram de caráter semiestruturado.

Para responder ao objetivo que diz respeito ao Projeto Político Pedagógico da escola, foi realizado um estudo do mesmo, pela pesquisadora, no que prontamente a diretora da escola disponibilizou para tal finalidade.

Vale ressaltar que o referido Projeto Político Pedagógico foi elaborado pelo diretor, que na época cursava uma especialização em gestão, havendo a participação da comunidade escolar apenas uma vez, tendo a pesquisadora vivenciado este momento. Assim, o Projeto Político Pedagógico foi elaborado em sua maior parte pelo referido diretor e pelo coordenador pedagógico, tendo sido concluído em 2009.

4 APRESENTAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

As entrevistas foram realizadas com cinco mães, Ruth, Judite, Sara, Ester e Rebeca⁵. Estas se encontravam na faixa etária entre 28 e 43 anos. Todas são moradoras da zona rural, com filhos de três anos de idade, matriculados na Escola de Ensino Fundamental Santo Expedito⁶, pertencente à rede pública municipal de ensino do município de Solonópole.

Das nove mães que haviam se disponibilizado a participar desse processo de pesquisa apenas cinco concordaram em responder a entrevista, embora num primeiro momento todas houvessem atendido a solicitação da pesquisadora. Assim, a pesquisadora acertou com as mães que concordaram com esse pleito que iria até suas residências, de preferência em um dia de domingo, por ser mais tranquilo para elas, tendo em vista o acúmulo de tarefas domésticas que são responsáveis.

Para realizar as entrevistas a pesquisadora foi de carro próprio, encontrando maiores dificuldades para chegar até a casa de dona Ruth, pois além de ser a mais distante, o caminho era muito ruim. Para chegar até as outras residências combinadas, o caminho foi bem tranquilo.

Todas as entrevistas tiveram a duração de aproximadamente meia hora a quarenta minutos e aconteceram em um clima de muita espontaneidade. Apenas dona Judite e dona Rebeca iniciaram mais apreensivas, com medo de não saber as respostas. Porém, logo se descontraíram. Após a realização das entrevistas, as mães continuavam conversando, foram momentos muito agradáveis, de modo que todas se disponibilizaram para outras eventuais pesquisas. Na sequência serão detalhadas algumas características das famílias.

Ruth residiu por mais de vinte anos na cidade grande, zona urbana, onde concluiu o ensino médio. É solteira, mora com o pai viúvo e seu filho, caracterizando assim uma família multigeracional, onde moram pessoas de várias gerações com grau de parentesco bem próximo. Vale ressaltar que essa forma de organização familiar é tão importante quanto os demais formatos de qualquer outra família. Sua casa é ampla, de construção antiga, é distante da escola aproximadamente 5 km. Não tem vizinhos próximos, é uma casa bastante isolada. Segundo relata, resolveu residir nesse local mais afastado da zona urbana por ser um lugar

⁵ Os nomes das mães Ruth, Judite, Sara, Ester e Rebeca são fictícios, como forma de preservar suas identidades.

⁶ O nome da Escola é fictício para preservar sua identidade.

mais tranquilo para seu filho. Em suas palavras: “Foi o jeito vir morar aqui com ele, aqui é mais tranquilo.”. No entanto, pôde-se perceber certa insatisfação. Ruth não trabalha fora, porém cuida de todos os afazeres domésticos. Já seu pai, que é o provedor da família, é aposentado e pensionista. Esse arranjo familiar traz semelhanças com as características da família patriarcal, onde os papéis do homem e da mulher são demarcados pela cultura machista, em que o homem provê o sustento da família e a mulher cuida da educação dos filhos e da gerência da casa, papel por sinal bastante limitado, tendo em vista que as “ordens” são dadas pelo provedor da casa.

Judite tem dois filhos que estudam na escola Santo Expedito. Ela concluiu o ensino médio, é casada, mora com seu marido e os filhos. A entrevista foi realizada na casa de seus pais, pois facilitava o acesso, por ser mais próximo, e também por ser de seu costume passar os domingos em família, onde também estavam seus irmãos. A casa dos seus pais é muito ampla, limpa e arejada, um lugar muito agradável.

Sara também tem dois filhos, mas apenas um estuda na escola Santo Expedito, o outro cursa o ensino médio na zona urbana do município. Mora com seu marido e os filhos, caracterizando uma família nuclear, embora se diferencie quanto ao responsável pela manutenção da família. Nesse caso, ela é provedora juntamente com seu esposo, que é agropecuarista. Ela concluiu o ensino médio e tornou-se funcionária pública do município onde reside. A pesquisa também foi concedida na casa da sua mãe, para facilitar o acesso da pesquisadora e também por ser seu costume de domingo ficar junto com sua mãe e irmãos.

Ester tem apenas um filho, concluiu o ensino médio, é casada, mora com seu marido e filho. Todavia, de vez em quando passa uma temporada na casa da sua mãe, caracterizando nesse tempo uma família que tem característica multigeracional. Segundo a entrevistada, isso ocorre com vistas a facilitar o acesso ao trabalho do seu marido, que cuida de gado e, a depender da época, fica em sua casa ou na casa dos pais de Ester. A pesquisa também foi realizada na casa da mãe da entrevistada.

Rebeca tem dois filhos, sendo que apenas o mais novo, de três anos, é filho do seu atual marido. É casada, funcionária pública e concluiu o ensino médio. Mora com o marido e filhos, sendo um desses de casamento anterior, caracterizando desta forma como uma família recasada. A pesquisa foi realizada na sua casa, com direito a cafezinho e bolo de milho.

5 AS CONCEPÇÕES QUE AS FAMÍLIAS POSSUEM ACERCA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DE SUA RELAÇÃO COM A ESCOLA

Esse capítulo trata da apresentação dos dados coletados – por meio de entrevistas com os sujeitos dessa pesquisa, as famílias – seguidos da análise realizada, através de uma descrição reflexiva e fundamentada nos estudos realizados anteriormente. As referidas análises serão desenvolvidas a partir de dois momentos. O primeiro refere-se às dez questões que compuseram o roteiro das entrevistas para atender aos três primeiros objetivos específicos: significado da educação infantil para as famílias; o que as famílias esperam da educação infantil; e como as famílias veem a relação entre elas e a escola. O segundo momento será para atender ao quarto objetivo específico: verificar se a proposta pedagógica da Escola trata sobre a relação família-instituição na educação infantil.

5.1 Os significados e expectativas da educação infantil na visão das famílias e sua relação com a escola

5.1.1 Qual o significado da educação infantil para a senhora?

As entrevistas foram iniciadas interrogando as cinco mães sobre qual o significado da educação infantil para elas. Todas em suas falas evidenciaram a ideia de início, de ser bom para a criança e para o seu desenvolvimento. Segundo seus depoimentos, afirmam que a educação infantil:

É a primeira formação pra criança, aprender a ler e escrever, pra depois ele aprender, se formar. (RUTH)

É uma coisa boa, aprende a conviver uns com os outros, a dividir, já melhorou muito desde quando foi para a escola, ele gosta muito, agora já está até querendo ir de ônibus. (SARA)

Com esse relato de Ruth, pode-se inferir que a educação infantil para ela tem a finalidade de ensinar a ler e escrever, que a escola é responsável pela formação do filho numa perspectiva de futuro se formar e crescer na vida. Isso remete a pensar que para Ruth na educação infantil existe apenas um tipo de linguagem, e é por meio dela que seu filho crescerá

academicamente. Todavia, o ler e escrever são apenas uma das dimensões do desenvolvimento integral da criança pequena. Sabe-se, no entanto, que na educação infantil a criança deve ser introduzida em um ambiente que lhe promova o contato com o mundo da leitura e da escrita, tendo em vista que o contexto social onde está inserido é um mundo letrado, porém sem a obrigatoriedade de aprender a ler e escrever, especialmente com três anos de idade.

As DCNEI (BRASIL, 2009), em seu art. 9º, inciso III, afirma tão somente que a educação infantil “possibilite às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e o convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos.” Desta forma, a finalidade da educação infantil é muito mais abrangente do que desenvolver o processo de leitura e escrita, como determina a LDBEN (BRASIL, 1996) que afirma ser “A educação infantil a primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.”.

Quando Ruth expressa, “pra depois ele aprender, se formar...” nota-se que a sua preocupação está voltada para o futuro, com a formação do seu filho, sendo possível que não valorize o presente como um momento importante para o desenvolvimento pleno em suas especificidades, próprias do momento atual, no aqui e agora, em uma perspectiva de “vir a ser”.

Sara traz uma perspectiva muito importante para a criança pequena: as interações. Estas, segundo as DCNEI (BRASIL, 2009), acrescidas do brincar, são os eixos que norteiam o currículo destinado à educação infantil. Igualmente essa perspectiva é apoiada pelas concepções de Vygotsky (1998), que valoriza por demais a aprendizagem das crianças a partir das interações que são estabelecidas com o outro mais experiente, seja ele adulto ou criança.

Já a resposta de Judite dá indícios do seu conhecimento sobre a importância da relação família e escola quando ela fala: “É importante, é a infância de casa para a escola, aprende aqui e lá.” Ela faz menção sobre a aprendizagem como um processo interligado em que o desenvolvimento da criança depende das duas instituições, reconhecendo a importância da relação escola/família. Para Szymansky (2004, p. 13), “A escola, tanto ou mais do que a família, tem um papel preponderante na constituição identitária das pessoas em sua inserção futura na sociedade e quanto maior a sincronia entre escola e família, tanto melhor para o desenvolvimento de crianças e jovens”. Desse modo, faz-se necessário que a escola seja conhecedora da cultura familiar focando em seu currículo a sistematização desse aprendizado

valorizando toda vivência da criança em seu convívio com a família. De acordo com Oliveira (2010, p. 6),

Finalmente, considerar as crianças concretas no planejamento curricular das instituições de Educação infantil significa também compreender seus grupos culturais, em particular suas famílias. Creches e pré-escolas, ao possibilitar às crianças uma vivência social diversa da experiência no grupo familiar, desempenham importante papel na formação da personalidade da criança.

Essa articulação, feita por adultos e crianças, entre escola e família pode ser considerada como um processo contínuo que afeta a todos, na construção do ser, transformando as relações. É importante observar que não é só a criança que aprende nessas relações estabelecidas, o adulto também deve estar aberto para as culturas trazidas pelas crianças.

É muito importante, é o primeiro contato da criança com a escola, se acostuma a não viver só na barra da saia da mãe, socializa com outras pessoas e se prepara para a alfabetização, com tarefinhas, ele gosta muito, agora nem tanto porque ele ainda está com três anos, mais na frente é importante. (ESTER)

A fala de Ester é uma expressão das demais falas das mães quanto à importância da educação infantil para seus filhos. Embora com uma linguagem do senso comum, traz a educação infantil como promotora da autonomia dos seus filhos, uma das propostas previstas nas DCNEI (BRASIL, 2009) quando trata dos princípios fundamentais da educação infantil e coloca em primeiro lugar “os princípios éticos da valorização da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades”. Nesse tocante, as instituições de educação infantil deverão trabalhar essas questões, desde muito cedo de modo que às crianças seja oportunizado aprender a fazer escolhas, a dizer do que gosta, a respeitar o bem comum e as diferenças existentes entre as pessoas e grupos. Desse modo, ampliando o conhecimento de si e do mundo e assim construindo sua autonomia.

Outro aspecto relevante nas falas das mães foi o de “aprender a conviver uns com os outros” e “socializar com outras pessoas”, pois isso caracteriza a valorização que destinam à socialização e ao contato com o outro. Pode-se perceber em suas falas que a socialização promovida pela educação infantil, para as mães, é importante por favorecer o desenvolvimento dos filhos. Nesse sentido, coaduna com o que diz Oliveira (1997, p. 57),

quando afirma que “O ser humano cresce num ambiente social e as interações com outras pessoas são essenciais ao seu desenvolvimento”.

Ainda é possível destacar mais um aspecto nas falas de Ruth e Ester, ao enfatizarem que “[...] se prepara para a alfabetização, com tarefinhas, ele gosta muito, agora nem tanto porque ele ainda está com três anos, mais na frente é importante” e “aprender a ler e escrever”, apresentando a suas preocupações quanto à escolarização dos filhos. No entanto, as instituições de educação infantil devem assegurar as crianças. Segundo Kramer (2009, p. 26):

(...) os direitos da criança que significa oportunizar o contato dela com a cultura mais ampla, valorizar seu olhar e saber, levando em conta seu movimento de recriação da realidade nas palavras, dramatizações, desenhos e as produções expressivas das crianças. Além disso, envolve a criação de compromissos das crianças com elas mesmas e com o outro, em experiências de solidariedade e diálogo.

Portanto, a educação infantil deve possuir um caráter amplo para o desenvolvimento da criança, não podendo ser voltada apenas a um ou outro aspecto do seu desenvolvimento.

Lima (2012) também encontrou resultados semelhantes sobre a educação infantil em sua pesquisa realizada em uma instituição de educação infantil, localizada num bairro de Fortaleza, informando que os discursos das famílias sobre a Educação Infantil evidenciam que o objetivo dessa primeira etapa da educação básica é de iniciar os estudos cedo, obter sucesso na trajetória escolar e poder conquistar uma profissão no futuro. Afirma ainda que quanto menor é a escolaridade dos pais, mais é atribuída à escola a possibilidade de melhora nas condições de vida.

Pode-se perceber que há uma grande lacuna entre o que determina a lei e o conhecimento das famílias diante do conceito de educação infantil. Não resta dúvida que é a primeira fase da criança na escola, que as finalidades da educação infantil estão distorcidas. Enquanto para as DCNEI (BRASIL, 2009) o desenvolvimento integral da criança se dá em vários aspectos, para os pais as preocupações quanto à escolaridade antecipada estão expressas nas falas como a oportunidade de “aprender a ler e escrever”.

5.1.2 Por que a senhora matriculou seu filho nessa Escola?

Partindo da LDBEN (BRASIL, 1996, art. 6º), vemos que “é obrigação dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade” (Redação dada pela lei nº12.796, de 2013). Portanto, já que a lei não obriga a matrícula compulsória das crianças de três anos, as mães foram indagadas sobre o motivo que levaram-nas a matricular seus filhos. Das cinco, três responderam:

Eu não queria matricular esse ano, acho ele ainda muito pequeno, mas o pai quis e não me arrependi, porque ele está gostando muito, acha ruim quando não tem. Sempre o pai vai levar, mas agora ele já quer ir no ônibus junto com os outros (SARA).

Para que ele se desenvolva o quanto antes. Também porque dizem que ajuda no Bolsa Família (JUDITE).

Porque é importante na vida de uma criança e quanto mais cedo ele vá pra escola mais ele vai de desenvolver (ESTER).

É possível que Sara ainda não conheça a finalidade da educação infantil, como sendo algo que desenvolva seu filho mesmo que o considere pequeno. Sabe-se que a educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral das crianças de zero a cinco anos, como já foi dito anteriormente. Também é importante o reconhecimento e a valorização da mãe sobre as conquistas de autonomias do filho e do seu desenvolvimento. É válido ressaltar o procedimento do pai diante da decisão de matricular o filho com apenas três anos, pois numa sociedade ainda machista como a nossa, onde em muitos casos a educação é atribuição da mãe, é louvável a sua atitude de valorização da educação infantil.

As falas das famílias denotam que ao matricularem os filhos na escola, suas expectativas estão relacionadas ao desenvolvimento e aprendizagem dos filhos o quanto antes, o que fica evidente nas falas de Judite: “Para que ele se desenvolva o quanto antes” e de Ester “e quanto mais cedo ele vá pra escola, mais ele vai se desenvolver”. Uma escola de boa qualidade é um espaço favorável para o desenvolvimento da criança pequena que se encontra em um momento intenso de seu desenvolvimento, seja por meio das brincadeiras, seja na convivência com outras crianças e/ou adultos.

Em algumas falas as mães observam que os filhos já se desenvolveram ao buscar sua independência, quando, por exemplo, Sara diz “mas agora ele já quer ir no ônibus junto com os outros” mostrando-se satisfeita. É importante que a família perceba que as crianças se desenvolvam na escola e quantos benefícios elas estão adquirindo na convivência cotidiana no

ambiente escolar. Como está destacado nas Orientações Curriculares para a Educação Infantil, “Hoje, a Educação Infantil deve ser entendida e praticada como espaço de escuta, interação, cuidado e educação de cidadãos desde o nascimento” (CEARÁ, 2011, p.13). A autonomia de uma criança favorece muitos benefícios para as conquistas a serem alcançadas por ela, como determina as DCNEI (BRASIL, 2009, p.8) no princípio ético para ressaltar a importância da autonomia para as crianças:

Princípios éticos: valorização da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturais, identidades e singularidades. Cabem às instituições de Educação Infantil assegurar às crianças a manifestação de seus interesses, desejos e curiosidades ao participar das práticas educativas, valorizarem suas produções, individuais e coletivas, e trabalhar pela conquista por elas da autonomia para a escolha de brincadeiras e de atividades e para a realização de cuidados pessoais diários. Tais instituições devem proporcionar às crianças oportunidades para ampliarem as possibilidades de aprendizado e de compreensão de mundo e de si próprio trazidas por diferentes tradições culturais e a construir atitudes de respeito e solidariedade, fortalecendo a auto-estima e os vínculos afetivos de todas as crianças.

5.1.3 O que a senhora espera dessa escola?

Diante da indagação sobre o que esperam dessa escola que também atende a educação infantil, vale ressaltar as respostas tanto de Ester quanto de Rebeca, que têm expectativas semelhantes ao responderem:

Eu espero que ela se responsabilize por ele, que as professoras tenham cuidado pra ele não se machucar, essas coisas. (ESTER).

O que eu espero que a escola faça é tratar bem das crianças. (REBECA).

Elas esperam que a escola cuide bem dos seus filhos, que lhes dê carinho e cuidados físicos para que não se machuquem. É importante que a escola possibilite os cuidados devidos de segurança para evitar eventuais acidentes, sendo também necessário que a criança seja acolhida devidamente sentindo-se protegida e amada. Como consta no Parecer nº 20 do CNE/CEB, “Um bom planejamento das atividades educativas favorece a formação de competências para a criança aprender a cuidar de si. (...) Educar cuidando inclui acolher, garantir a segurança, mas também alimentar a curiosidade, a ludicidade e a expressividade

infantis” (BRASIL, 2009), possibilitando que as mães fiquem mais seguras enquanto seus filhos encontram-se na escola.

Porém, quando é mencionado na citação acima que “cabe à instituição de educação infantil” quer dizer que cabe a toda a instituição, não apenas às professoras, mas a todos os setores da instituição o planejamento das atividades educativas. É importante que a criança sintam-se acolhida por todos, pela merendeira ao distribuir a merenda, pelo porteiro ao recebê-la, pela direção, enfim a criança deve sentir segurança e afetividade nas pessoas que a rodeiam.

5.1.4 Qual é o papel que a escola deve ter na educação do seu filho?

Algumas famílias deram as seguintes respostas:

Ensinar cada dia, a escrever, pintar direitinho, respeitar os adultos (JUDITE).

A passar atividades, brincar, estudar, mas também brincar (SARA).

Que a escola, a professora seja amável, dar segurança. Da idade de três anos é a brincadeira e também atividades bem criativas, com muitos tipos de materiais, como lantejoulas, areia prateada, cola colorida e tudo que ele gosta muito (ESTER).

As entrevistadas expressam semelhanças em suas respostas no tocante à importância dada às atividades de escolarização, como Judite destaca, “a escrever, pintar direitinho”, demonstrando o seu interesse pelas tarefas. É possível que Judite deixe de valorizar outros aspectos relevantes como o movimento, as relações afetivas e sociais. Vale observar em sua fala quando afirma “respeitar os adultos” sobre o papel da escola, sendo possível que a mãe tenha uma visão distorcida da atitude de respeito, tendo em vista que não só os mais velhos devem ser respeitados, mas todas as pessoas, independente da idade e da altura. Esse relato da mãe deixa perceber os vestígios de uma época em que a criança não tinha “nem vez e nem voz”, como se diz no ditado popular. Porém a escola é um lugar para ensinar às crianças o respeito que elas devem ter por todos e por tudo a sua volta, devendo ser esta atitude recíproca.

As mães Ester e Sara também deram importância às tarefas de escolarização, reafirmando ser este o papel que a família espera da instituição de educação infantil.

Resultados semelhantes também foram encontrados por Farache (2007), em sua tese de doutorado, que assim destaca:

A amplitude e complexidade dessas expectativas apresentadas pelas famílias em relação à instituição de educação infantil, nos leva a perceber o quanto o papel dessas instituições precisa ser refletido, pensado e discutido. [...] bem como uma grande expectativa em torno do aprender a ler e escrever [...]. (p. 179)

No entanto, Ester e Sara também ressaltam a importância das brincadeiras enquanto a criança é pequena. Percebe-se que esta importância da brincadeira deixa de existir ainda na educação infantil, com crianças mais velhas, de quatro e cinco anos, quando encaram a brincadeira como acessório ou recurso a ser empregado de modo utilitário, sempre para que através da brincadeira a criança aprenda algo, ficando neste caso sempre em segundo plano. Há uma falta de conhecimento não somente das mães sobre a importância das brincadeiras no processo de desenvolvimento da criança, mas também de muitas equipes de trabalho de instituições de educação infantil. Para Vygotsky (2008), “a brincadeira significa uma forma de desenvolvimento da criança na idade pré-escolar”. É na brincadeira que a criança internaliza com mais facilidade as regras, os limites que tanto as mães almejam alcançar. Como identifica Vygotsky (2008, p. 21),

Em resumo, o brincar cria na criança uma nova forma de desejo a um “eu” fictício, ao seu papel no jogo e suas regras. Dessa maneira as maiores aquisições de uma criança são conseguidas no brincar, aquisições que no futuro tornar-se-ão seu nível básico de ação e moralidade.

Portanto, uma criança que brinca muito na sua infância será um adulto mais preparado e convicto de suas ações sobre o mundo. Em vista da importância das brincadeiras, determina o Parecer CNE/CEB nº 20/2009, em seu artigo 9º: “As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e as brincadeiras” (BRASIL, 2009). Portanto, as brincadeiras devem ser priorizadas nas instituições de educação infantil em suas práticas pedagógicas diárias.

5.1.5 Para a senhora, qual é o conceito de infância?

Pode-se conceituar a infância como uma etapa do início da vida até a adolescência, porém a concepção de infância nem sempre foi a mesma na história da

humanidade. Sabendo das transformações ocorridas na forma de valorizar essa etapa da vida, é notória a fala de Rebeca quando ela deixa de falar da infância de sua criança para falar da sua própria, ao afirmar: “A minha infância foi pouca, trabalhava, foi pequena. A infância hoje e bem diferente”. É fácil observar que a sua infância foi muito pequena, pois precisava trabalhar. Ela relata também em suas palavras a importância da alimentação, acrescentando, “a gente precisava de dividir um litro de leite pra família toda comer com mungunzá, era muito difícil.”. A história da infância de Rebeca reafirma que não existe uma infância única, nem tampouco natural. Estes são conceitos historicamente construídos a partir dos contextos e conjunturas sociais, econômicas e políticas de um determinado tempo.

Sabendo que a história de Rebeca revela a dificuldade que muitos sertanejos viviam, é possível destacar que houve mudanças no cenário do sertão, no que se refere à educação e trabalho infantil, após a Constituição Federal de 1988, chamada de Constituição Cidadã, pois é marcada por ser a constituição dos direitos, sejam eles das crianças ou dos adultos, em diversos segmentos. A grande questão encontra-se hoje no não cumprimento da legislação. Existe atualmente um número altíssimo de crianças e adolescente que fazem parte do mundo do trabalho, muitos desses em trabalho escravo. De acordo com dados apresentados no *site* R7 Notícias, “a maioria dos jovens enquadrados no trabalho infantil está no Nordeste, onde quase 1,3 milhão de meninos e meninas trabalham”, em vez de estar na escola estudando e aprendendo”⁷.

Em sua fala, Ester conceitua infância como sendo “Brincar, se juntar com outras crianças” e para Sara, “A parte mais gostosa da vida, aproveitar sem ter responsabilidades”. Será que a infância é assim para todas as crianças?

Pode-se notar a importância da brincadeira, da liberdade e da socialização a partir da diferença entre a infância de Rebeca e a de Sara, quando recorda das brincadeiras com os irmão e primos, “era muito bom, a gente se juntava toda noite no terreiro e ia fazer fogueira”. Essa infância é peculiar de quem morava no sertão, a maioria das crianças, às “bocas da noite”, se juntavam para brincar no quintal de suas casas. Isso tem mudado bastante com o avanço da tecnologia, principalmente a televisão que está ao alcance de todos. Se por um lado

7

<http://noticias.r7.com>

o acesso a esses bens é uma coisa boa, por outro faz com que as crianças se distanciem da sua cultura local, das brincadeiras nos terreiros.

5.1.6 Para a senhora o que é ser criança?

Entre os muitos conceitos de criança, deve-se destacar o conceito voltado para o planejamento curricular que tem por obrigação colocar a criança como o centro do planejamento. De acordo com Oliveira (2010, p. 5),

A criança, centro do planejamento curricular, é considerada um sujeito histórico e de direitos. Ela se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas a ela disponibilizadas e por ela estabelecidas com adultos e crianças de diferentes idades nos grupos e contextos culturais nos quais se insere.

O conceito de criança para as mães está muito próximo do conceito descrito acima, mesmo que sejam distintos. É observável no relato de Sara quando afirma que ser criança “É ser livre, brincar...” e de Ester quando diz que é “Não se preocupar, é se divertir, é brincar, é ser feliz”. Desta forma, a brincadeira foi relatada por todas como sendo fundamental para a criança, ao definir também a criança como um ser que não tem preocupações, e por isso deve ser feliz. É dever da sociedade promover condições para que a criança seja realmente um ser feliz e livre de preocupações, que tenha condições dignas para viver, brincar, aprender, ser cuidada e educada. Para tanto ela tem seus direitos garantidos pela lei, como determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) que em seu Art. 7º afirma que “a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam que desde o seu nascimento seja-lhe garantido o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”.

Mesmo diante das leis, ainda existe no Brasil o trabalho infantil, o que se configura um grande problema para a sociedade, pois ainda existem crianças que deixam a escola para trabalhar na lavoura, campo, fábrica ou casas de família. De acordo com os dados disponíveis no *site* Exame, “No Brasil, 3,5 milhões de crianças e adolescentes entre cinco e 17 anos trabalhavam no ano de 2014”⁸. Essa informação é da Pesquisa Nacional por

⁸ <http://exame.abril.com.br/>

Amostragem de Domicílios (PNAD), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014).

5.1.7 O que a senhora entende por desenvolvimento de uma criança?

O desenvolvimento de um indivíduo acontece a partir das funções psicológicas. É necessário que o indivíduo se utilize de funções biológicas e da interação com o meio; contudo, o aprendizado desperta o processo de desenvolvimento (OLIVEIRA, 1997).

Ao indagar a família sobre o que ela entende pelo desenvolvimento de uma criança, obtivemos as seguintes afirmações:

É o essencial para o futuro, conhecer é o básico, com educação, afeto, convivência. Eu penso que ela se desenvolve aprendendo nas descobertas, vendo as coisas (RUTH).

Depois que está na escola se desenvolve muito, mesmo que a criança seja tímida, quando está na escola se desenvolve. A criança se desenvolve com as outras, fazendo atividades (JUDITE).

Ele aprender, criar, mesmo que não seja de forma correta, ela deve fazer. Ele se desenvolve brincando com o contato com as outras crianças (ESTER).

Rute declara que o desenvolvimento “é essencial para o futuro de uma criança”. Com isso, pode-se perceber que até em suas falas anteriores ela deixa clara a sua preocupação com o futuro, não atentando para o presente, para as possibilidades de desenvolvimento do filho enquanto criança aqui e agora, de forma concreta. Porém ela acredita que para acontecer o desenvolvimento é necessário afetividade e convivência. A afetividade principalmente na educação infantil impulsiona as aprendizagens e o desenvolvimento, como nos mostra um depoimento oral da professora Heloísa Dantas, quando afirma que a inteligência se nutre de afetividade e de experiências, positivas ou negativas. Se forem positivas, espera-se que contribua para o aumento de suas conexões neuronais e com isso o aumento de suas possibilidades cognitivas. Se as experiências forem negativas, as possibilidades cognitivas poderão ser comprometidas.

Se a criança sente-se ameaçada, ela irá perder seu equilíbrio; quando se sente bem, acolhida e respeitada, desenvolve suas funções com mais tranquilidade no meio que está inserida. Quanto ao processo de desenvolvimento, dona Ruth respondeu de forma bem

sucinta, mas relacionando-o com as aprendizagens das crianças. Nesse sentido, de acordo com Oliveira (1997, p. 61) “o aprendizado impulsiona o desenvolvimento”. No contexto escolar a criança deve encontrar de modo intencional e mediado pelas professoras as condições materiais e imateriais para o seu desenvolvimento.

Judite se refere ao desenvolvimento alcançado pelo filho, que ela atribui à escola, quando diz que o filho perdeu a timidez. Esse desenvolvimento é visto por ela como muito positivo: “a pessoa tímida sofre muito, eu sou demais, mas já melhorei muito”, acrescentando, “aí eu noto que ele também é (tímido), mas só com esses dias na escola já desenvolveu muito”.

Podemos perceber com o relato dessa mãe, a sua satisfação em ver o filho se desenvolver, exemplificando com seu testemunho a importância desse desenvolvimento integral da criança que faz parte do ordenamento legal das Políticas Públicas para a educação infantil. “A educação infantil é oferecida para, em complementação à ação da família, proporcionar condições adequadas de desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social da criança (...) e pela convivência em sociedade.” (BRASIL, 1996, p. 15). Ao perguntar sobre como a criança se desenvolve, Judite respondeu de forma muito coerente ao falar que o desenvolvimento do seu filho acontece com o contato com outras crianças. Sabe-se ainda que o ambiente é um forte aliado quando se trata do desenvolvimento da criança.

Ainda no que se refere ao desenvolvimento, Judite diz que a criança se desenvolve “fazendo as atividades”. Perguntei a que tipo de atividades se referia e novamente é posto em evidência a importância dada às atividades de escolarização, por intermédio de sua resposta: “as tarefinhas”, ficando muito evidente a pressa que a família tem em ver a criança lendo e escrevendo.

É interessante quando Ester apresenta em seu relato “que a criança deve fazer, mesmo que não seja da forma correta”. Sua fala vai ao encontro da expressão, ‘aprender fazendo’. É necessário que a escola promova para a criança experiências concretas de experimentar, de sentir, de modo que ela se envolva e tenha significado para si. A criança precisa estar inserida num contexto que instigue sua curiosidade e sua emoção; ela tem sede de aprender, mas para isso é importante ser instigada a fazer do seu jeito para que se desenvolva. É neste contexto que a professora se coloca como promotora do desenvolvimento da criança, como propõem as DCNEI (BRASIL, 2009), em seu art. 9º, ao afirmar ser fundamental que a professora seja conhecedora das capacidades e possibilidades das crianças,

tendo como suporte as concepções de Vygotsky (1991), que conceitua o desenvolvimento a partir das aprendizagens. Assim, vejamos o que ele afirma quando diz que:

A zona de desenvolvimento proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão presentes em estado embrionário. Essas funções poderão ser chamadas de ‘brotos’ ou ‘flores’ do desenvolvimento ao invés de frutos do desenvolvimento. (VYGOTSKY, 1991, p. 97)

Mesmo não sendo um processo muito fácil para a professora identificar a zona de desenvolvimento das crianças, principalmente quando há várias num mesmo ambiente, é de grande valia que essas zonas sejam respeitadas e estimuladas, posto que são determinantes para o aprendizado da criança. Não demandá-la no que a criança ainda não é capaz de realizar sozinha, tampouco do que ela já consegue realizar sozinha, tornando o aprendizado enfadonho. “Se o aprendizado impulsiona o desenvolvimento, então a escola tem um papel essencial na construção do ser psicológico adulto dos indivíduos que vivem em sociedades escolarizadas” (OLIVEIRA, 1997, p.61). Novamente é citada a brincadeira e a interação com outras crianças na resposta de dona Ester, que de forma simples define como as crianças se desenvolvem.

5.1.8 O que a senhora entende por aprendizagem de uma criança?

A escola exerce um papel fundamental na aprendizagem de uma criança, sabendo que o desenvolvimento infantil ocorre nas relações estabelecidas nas diferentes situações vivenciadas com a família e na instituição de educação infantil. De acordo com Oliveira (1997, p. 57), o aprendizado “é o processo pelo qual o indivíduo adquire informações, habilidades, atitudes, etc., a partir do seu contato com a realidade, com o meio ambiente e com as outras pessoas”.

Ao indagar as mães sobre o que entendem por aprendizagem, obtivemos as seguintes respostas:

Aprender muita coisa, não só a ler, mas a cantar, saber as coisas. Ele já sabe até qual é o lado esquerdo e o direito! (SARA)

É a criança ler, hoje em dia é mais fácil, já tem até computador, a gente vê é as crianças com tablet, não sei se isso é bom (REBECA).

Tanto a dona Sara quanto a dona Rebeca dão ênfase à aprendizagem relacionando-a ao processo da criança aprender a ler. É importante que a criança encontre na escola um ambiente de leitura adequado à sua faixa etária, de modo que promova o conhecimento e a importância da leitura, bem como sua função na sociedade. Esse processo deve ser contínuo, mas não significa ser o mais importante na educação infantil, tendo em vista que a finalidade é o desenvolvimento integral da criança. Dona Sara dá a devida atenção para o que seu filho aprende, quando diz que “ele já sabe até qual é o lado esquerdo e o direito!” e expressa sua admiração e valorização do aprendizado de seu filho.

Gouveia (2012, p.29), em sua pesquisa, já citada anteriormente, também encontrou resultados semelhantes, quando os seus sujeitos de pesquisa foram questionados sobre o desenvolvimento:

“Na visão de Carlos, pai de uma criança, a função da família na educação infantil é complementar o trabalho da instituição, é colocar em casa a criança para fazer as atividades. A instituição sozinha não faz o trabalho, não. (...) Por isso, o trabalho da instituição tem que se estender à família, para que tenha bons resultados”.

Podemos observar mais uma vez a ênfase das tarefas na visão da família. Assim fica clara a visão da família sobre o aprendizado da criança, o qual deve ser voltado para a questão da aquisição da leitura e escrita.

5.1.9 A senhora frequenta a escola? Quando? A senhora vem quantas vezes na escola?

A presença da família na escola é de suma importância para a vida escolar da criança, pois estas são as duas primeiras instituições a proporem, intencionalmente, conhecimentos à criança pelo seu desenvolvimento. De acordo com Szimanski (2004, p.6), “O processo de socialização se dá no convívio familiar e, em especial, por meio das práticas educativas desenvolvidas com a finalidade de transmitir hábitos, valores, crenças e conhecimentos que se acredita serem úteis para a inserção dos filhos na sociedade.” Todavia, faz-se necessário que a família frequente a escola e lá encontre a parceria necessária para apoiar o desenvolvimento de suas crianças.

Obtivemos as seguintes respostas ao perguntar às mães com que frequência vão à escola.

Ainda não fui, só fui lá fazer a matrícula. Ainda é recente e não teve nenhuma reunião (RUTH).

Sempre é o pai que vai deixar e vai buscar. Quando tem reunião, eu vou e me sinto muito bem, gosto de lá, desde da infância, estudei nela e agora é meus filhos (JUDITE).

Às vezes vou só buscar meu filho, é importante a gente ir nas reunião, não acho que precisa da gente viver na escola, a gente deve confiar (ESTER).

Para Ester é importante a participação da família nas reuniões, no entanto acha desnecessário que a família frequente tanto a escola, partindo do pressuposto da confiança. Essa confiança é fundamental para todos: criança, família e escola.

Existe uma concordância na visão das três mães, quanto à importância das reuniões. Porém, é visível nas falas que ainda não aconteceu nenhuma durante o ano letivo de 2015, evidenciando que a relação entre esta escola e a família está distante. E quando os pais frequentam a escola é apenas para deixar e buscar seus filhos. Cabe às equipes de profissionais da educação da instituição refletir em que momento está acontecendo essa tão necessária interação escola/família.

Em sua pesquisa, Gouveia (2012) encontra resultados significativos quanto à questão da frequência das famílias à escola. Para a autora é necessário que as instituições criem oportunidades para planejar e efetivar o acolhimento das crianças e de suas famílias quando do ingresso na instituição, organizar em outros momentos do cotidiano situações agradáveis, estimulantes e que desafiem as famílias a sentirem a necessidade de participar da vida da escola que seu filho frequenta tendo em vista o estreitamento dessa relação.

5.1.10 Como a senhora acha que deve ser a relação da escola com a família?

De acordo com Szymanski (2009), essas instituições têm um objetivo em comum: a preparação do indivíduo para adentrar na sociedade, facilitando sua formação como cidadão.

Para as famílias, a relação escola e família deve ser:

Deve ser uma boa relação de informação. Os pais devem participar. Se não participar significa não saber o que está acontecendo na escola (Ruth).

Tem que ter uma boa relação. Escola com os pais, com diálogo, conversas (Sara).

Diálogo total, de comunicação, de apoio (Ester).

As mães são unânimes em suas respostas quanto à boa relação que deve existir entre as famílias e a escola. A importância da comunicação entre estas instituições são necessárias para unificar a teoria e a prática. A família sabe da importância dessa relação, mas na realidade elas pouco frequentam a escola, embora estejam acompanhando o processo educacional de seus filhos. Por vezes, não são chamadas a participar das tomadas de decisões da escola. Pelas respostas anteriores podemos inferir que não está havendo essa interação, a família vai deixar e buscar a criança ou simplesmente ainda não frequentou a escola porque não teve reunião. Por outro lado, a escola também não propôs nenhuma atividade que incluísse a família como um dos segmentos protagonistas da escola. Não há relatos acerca de esclarecimento às famílias, dos objetivos e finalidades da educação infantil. Assim, faz-se necessário e fundamental estreitar as relações entre a família e a escola, como relata o parecer nº 20/2009, das DCNEI (BRASIL, 2009, p.13):

Quando a criança passa a frequentar a Educação Infantil, é preciso refletir sobre a especificidade de cada contexto no desenvolvimento da criança e a forma de integrar as ações e projetos educacionais das famílias e das instituições. Essa integração com a família necessita ser mantida e desenvolvida ao longo da permanência da criança na creche e pré-escola, exigência inescapável frente às características das crianças de zero a cinco anos de idade, o que cria a necessidade de diálogo para que as práticas junto às crianças não se fragmentem.

Também com o mesmo objetivo de investigação entre a relação escola e família, Gouveia (2012, p.35) encontrou resultados muito próximos: “Eles [pais] afirmam perceber a importância de manter o contato e parceria com a instituição de educação onde seus filhos frequentam e reforçam que é necessário criar situações para que essas interações aconteçam”.

Portanto é necessário que a escola promova essa interação, motivando as famílias a participarem efetivamente, criando oportunidades para estreitar essas relações, principalmente entre professores e pais, por serem os que estão diretamente com crianças, participando do seu processo de desenvolvimento.

5.2 A Proposta Pedagógica e a relação escola e família

5.2.1 Examinar o que a proposta pedagógica da Instituição de Educação Infantil considera sobre a relação família-instituição de educação infantil.

Para atender a esse objetivo, a pesquisadora solicitou à direção da escola o empréstimo do referido documento, a fim de que a pesquisadora pudesse lê-lo e verificar o que traz sobre a relação família-instituição de educação infantil, no que foi prontamente atendida.

Todavia, ao concluir a leitura do referido documento, não encontrou nenhum parágrafo que tratasse desse assunto. Pode-se com isso inferir que o documento da proposta pedagógica da escola, embora sistematizado, é de natureza burocrática e serviu apenas para atender a uma exigência legal para o processo de credenciamento da instituição.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“É preciso diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, até que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática”. (Paulo Freire)

A partir do objetivo de investigar as concepções das famílias acerca da educação infantil, procurou-se conhecer e compreender os conceitos de infância, criança, aprendizagem e desenvolvimento na visão da família, como também a importância da relação entre família e instituição de educação infantil em uma escola situada na zona rural do Município de Solonópole-CE.

Este trabalho possibilitou uma reflexão sobre como as famílias veem as funções da educação infantil no processo ensino-aprendizagem das crianças e dos valores atribuídos por elas.

Possibilitou também o conhecimento e a reflexão sobre temas relevantes para a educação infantil. Neste aspecto, o trabalho realizado foi embasado em estudiosos que versam sobre os temas infância, criança, aprendizagem e desenvolvimento, tais como: Marta Kohl (1997), Vygotsky (1991; 2008), Kramer (2006; 2009) e nas leis: Constituição Federal (1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), LDBEN (1996), DCNEI (2009).

A pesquisa foi realizada com cinco mães, todas moradoras da zona rural, com filhos de três anos, matriculados na referida escola da rede pública municipal de ensino. Nas entrevistas, procurou-se perceber quais as concepções que a família possuía sobre a educação infantil e o que esperavam dela. É possível dizer que todas as famílias relataram em suas entrevistas que a educação infantil é muito importante. No entanto, percebeu-se que as respostas acerca das indagações que lhes foram feitas foram um tanto vagas, sem muita convicção do que estavam dizendo. Foi atribuída à educação infantil a formação de suas crianças. No entanto, notou-se que a preocupação da família está no futuro e na pressa de ver o filho aprendendo a ler e escrever.

De acordo com algumas falas, notou-se a necessidade de que a escola tomasse para si a responsabilidade de organizar momentos de formação com as famílias, de modo que elas obtivessem alguns conhecimentos acerca da educação infantil, como por exemplo, sua

finalidade e algumas determinações legais, previstas para a garantia do direito da criança a uma educação infantil de qualidade que tem como finalidade “o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade, em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996, art. 29).

Em sua tese relacionada à família e instituição de educação infantil, Farache (2007) encontrou resultados semelhantes em relação à expectativa da família em ver as crianças lendo e escrevendo de forma convencional. Contudo, leva-se a concluir que esse problema não é um fato isolado. As famílias também esperam que a escola promova às suas crianças em relação ao estabelecimento de limites, a orientações básicas de respeito e carinho, reconhecendo que a promoção desses valores não compete apenas à escola.

Neste trabalho, procurou-se saber também a concepção das famílias sobre o conceito de infância e criança. Pode-se constatar que na visão das mães entrevistadas, esses conceitos se confundem, não havendo definições concretas, apenas respostas que os caracterizam como “brincar junto com outras crianças”, “ser livre”, “sem responsabilidades” ou até mesmo “que não entende as coisas”. Essas são respostas soltas, que, no entanto, revelam uma concepção romântica do conceito de criança e de seus sentimentos relativos à infância, posto que os seus filhos são concretos e reais, sujeitos históricos, com direitos construídos a partir de relações estabelecidas entre seus contextos e conjunturas sociais, econômicas, políticas e culturais.

Em suas interações se revelam ativos, pensantes e capazes de em suas relações e práticas cotidianas transformarem a natureza e serem transformados por ela. São capazes de construir sua identidade pessoal e coletiva por meio de diversas brincadeiras, imaginação, fantasias, desejos, observações e experimentações. Narram, questionam e constroem sentidos sobre si e sobre o mundo que os cerca. Isso nos leva a refletir o quanto é preciso que escola e família se unam com o propósito de conhecer e valorizar o ser criança com todas suas capacidades, possibilitando seu desenvolvimento integral de modo que a criança seja realmente um sujeito de direitos.

No que diz respeito à visão das famílias sobre o desenvolvimento das crianças e de que forma ele acontece, pode-se focalizar nas respostas das mães como sendo um processo de descobertas, de relação com outras pessoas, nas brincadeiras, aprendendo, criando. Isso vai de encontro com a definição de Oliveira (1997, p. 60), quando diz que “O desenvolvimento individual se dá num ambiente social determinado e a relação com o outro, nas diversas

esferas e níveis de atividades humanas, é essencial para o processo de construção do ser psicológico individual”.

No entanto, a escola é um lugar propício para o desenvolvimento de uma criança, principalmente quando acontece um planejamento possibilitando atividades desafiadoras de acordo com as habilidades das crianças. Contudo, para promover o desenvolvimento é necessário que a criança esteja inserida num contexto de valores, que lhe inspire confiança e respeito.

A definição sobre aprendizagem das crianças apresentada pelas famílias traz novamente a questão de aprender a ler, pois em todas as respostas fornecidas pelas mães apareceu a expressão “ler”, ficando pois evidente o que já foi relatado anteriormente, quando nos referimos à pressa que as famílias têm em ver seus filhos sabendo ler convencionalmente. Seria importante que as escolas elaborassem e promovessem projetos de leituras para as crianças com a participação da família, oportunizando aos pais o conhecimento de que seus filhos já sabem ler de forma não convencional, mas são possuidores da capacidade e estratégias formidáveis para fazer uma leitura do que lhes for proposto.

Para tanto, a criança precisa de um ambiente propício ao aprendizado, que para Oliveira (1997, p. 57) “é o processo pelo qual o indivíduo adquire informações, habilidades, atitudes, valores, etc., a partir de seu contato com a realidade, o meio ambiente, as outras pessoas.” Porém, a aprendizagem vai muito além de aprender a ler, sendo que outra vez reconhece-se a necessidade de expor de forma sucinta esses conceitos para a família, favorecendo um diálogo entre família e escola.

Outro ponto considerado importante neste trabalho foi identificar como a família se sente ao frequentar a escola e em que frequência isso acontece. Foi identificado que o contato acontece apenas ao deixar e buscar os filhos. Em outras situações, onde a criança se utiliza do transporte escolar, nem esse contato acontece. Porém é notável que as famílias acreditem e confiem no trabalho da escola. Isso acontece porque em alguns casos existem pessoas que trabalham na escola e são parentes próximos das crianças, e também por se tratar de uma escola inserida numa comunidade onde a maioria das pessoas se conhecem e possuem algum grau de parentesco.

Para concluir, foi indagado às famílias sobre como deveria ser a relação da escola com a família e os resultados nos levou à conclusão que deve ser a mais próxima possível, através de diálogo, com apoio e informação, reafirmando que ambas têm a mesma meta,

preparar esses jovens para adentrar na sociedade. As DCNEI (BRASIL, 2009, p. 13), afirma que:

A perspectiva do atendimento aos direitos da criança na sua integralidade requer que as instituições de Educação Infantil, na organização de sua proposta pedagógica e curricular, assegurem espaços e tempos para participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização das diferentes formas em que elas se organizam.

É possível estreitar essa relação através da proposta pedagógica que dar uma oportunidade para repensar o processo de ensino-aprendizado da escola, tendo como objetivo: garantir à criança o acesso ao processo de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

É possível que a pesquisadora, após realização desse trabalho, possibilite alternativa para estreitar essa relação entre famílias e escola, viabilizando o conhecimento para as famílias da finalidade da educação infantil e a sua importância para o desenvolvimento e aprendizado da criança no momento atual e não apenas para o futuro. Quanto ao Projeto Político Pedagógico, a pesquisadora irá propor uma revisão com a participação dos profissionais da educação, alunos e comunidade, focalizando as DCNEI.

É com muita satisfação que chego ao final deste trabalho, a trajetória até aqui foi árdua, porém satisfatória pelo aprendizado adquirido, diante de tantas pesquisas, de tantos temas de um universo acadêmico que encanta, confunde, esclarece. É a dinâmica da vida que faz o ser humano buscar e buscar conhecimento, nos leva a reflexão sobre as palavras de Sócrates, “Só sei que nada sei”. De fato o conhecimento pode ser comparado ao ditado popular “É como cacimba d’água, quanto mais tira mais tem”. Quanto mais conhecimento se procura, mais percebemos o quanto sabemos pouco.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Práticas cotidianas na Educação Infantil. *In: Projeto de Cooperação Técnica MEC e UFRGS para Construção de Orientações Curriculares para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEB/UFRGS, 2009.

BHERING, Eliana; SARKIS, Alessandra. **A inserção de crianças na creche: um estudo sobre a perspectiva dos pais**. 30ª Reunião Anual da ANPED, GT07, 2007, Caxambu-MG. Disponível em <http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT07-3293--Int.pdf>. Acesso em 10 de jan. 2015.

BONOMI, Adriano. O Relacionamento entre Educadores e Pais. *In: BONDIOLI, A., MANTOVANI, S. Manual de Educação Infantil: de 0 a 4 anos – uma abordagem reflexiva*. 9. ed. Porto Alegre: ARTMED, 1998, p. 161 a 172.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

_____. **Lei nº 8.069, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Brasília, Distrito Federal, Senado Federal, 1990.

_____. **Lei no 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, Distrito Federal, 1996.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil**. Brasília, MEC, 2009.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CEARÁ. Secretaria de Educação do Estado do Ceará. **Orientações Curriculares para a Educação Infantil**. Fortaleza: SEDUC, 2011.

FARACHE, Cláudia da Silva. **A relação entre a família e a instituição de educação infantil: descrição reflexiva sobre uma experiência**. 2007. Tese (Doutorado em Educação). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN.

GALEFFI, Dante. O rigor nas pesquisas qualitativas: uma Abordagem fenomenológica em chave Transdisciplinar. *In: MACEDO, Roberto Sidnei. Um rigor outro sobre a qualidade na pesquisa qualitativa: educação e ciências humanas*. Salvador: EDUFBA, 2009.

GOUVEIA, Maria Nilza Silva. **Família e Instituição de Educação Infantil: uma parceria imprescindível**. 2012. 49 f. Monografia (Especialização em Educação Infantil) - Pós-Graduação Lato Sensu, Universidade Federal do Ceará, Cariri, 2012.

KRAMER, Sônia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação infantil é fundamental. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 96, p. 797-818, out. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 03 de mar. 2015

KRAMER, Sonia (consultora). **Subsídios para Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica - Diretrizes Curriculares Nacionais Específicas para a Educação infantil**. 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 10 de abril de 2015

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LIMA, Soraide Paz de Oliveira. **Família e instituição de educação infantil: uma relação fundamental para o desenvolvimento da criança**. 2012. 72 f. Monografia (Especialização em Educação Infantil) - Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Orgs.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estudos de Psicologia I**, Campinas, v. 27, n. 1, p. 99-108, jan.-mar., 2010. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/estpsi/v27n1/v27n1a12.pdf>. Acesso em 11 de jan. 2015

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky: Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio histórico**. São Paulo: Scipione, 1997.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Currículo na Educação Infantil: o que propõe as Novas Diretrizes Nacionais Anuais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento- Perspectivas Atuais**. Belo Horizonte, novembro de 2010.

OLIVEIRA. Z. M. R. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2005.

PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto. A infância como construção social. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel (Coords.). **As crianças: contextos e identidades**. Braga: Universidade do Minho – Centro de Estudos da Criança, 1997.

RIBEIRO, Jéssika Martins. **A Luta por Creches como Instrumento de Autonomia Econômica para as Mulheres**. 2012?. Disponível em: <https://strabalhoegenero.cienciassociais.ufg.br> Acessado em 24/04/2015.

SILVA, Rosane. Mulheres Trabalhadoras e a Luta por Igualdade no Trabalho. **Revista Mátria**. Brasília, vol. 1, n. 8, p. 25-28, fev., 2010.

SZYMANSKI, Heloisa. Práticas Educativas Familiares: A Família Como Foco De Atenção Psicoeducacional. **Rev. Estudos de Psicologia**, PUC-Campinas, v. 21, n. 2, p. 5-16, maio-

ago, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v21n2/a01v21n2.pdf>>. Acesso em 03 de abr. 2015.

SZYMANSKI, Heloisa. **A relação família/escola: desafios e perspectivas**. 2. ed. Brasília: Liber livro, 2009.

TEMPERMAN, Daniela. As novas configurações familiares e a criação das crianças, **Revista Pátio Educação Infantil**, vol. 10, n. 32, p.44-46, jul.-set., 2012.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Trads. José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto e Solange Castro Afeche. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, L. S. A brincadeira e o seu papel no desenvolvimento psíquico da criança. **Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais**, v.8, p.23 a 36, jun.,2008.

APÊNDICE A - Carta de apresentação para a realização da pesquisa

Fortaleza, _____ de _____ de 2015.

Ao Diretor (a) da Instituição _____

Prezado (a) Diretor (a),

Vimos, por meio desta, apresentar-lhe a Profa. ANA VERA NOGUEIRA JOTA, professora de Educação Infantil da Prefeitura Municipal de Educação de Solonópole, que concluiu as disciplinas do Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil, oferecido pelo Ministério da Educação em parceria com a Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. Para obter o grau de especialista, precisa escrever uma monografia, que deve ser fruto de uma pesquisa realizada em uma instituição de Educação Infantil.

A referida professora escolheu estudar sobre o significado que as famílias atribuem à educação infantil no trabalho realizado com as crianças, cujos dados deverão ser coletados por meio de entrevistas com as famílias das crianças da Educação Infantil. Esclarecemos também que a coleta interferirá o menos possível nas atividades cotidianas da instituição.

Destacamos a importância da sua colaboração, pois a construção de uma Pedagogia da Educação Infantil, alicerçada no conhecimento da nossa realidade exige a realização de pesquisas ao nível de especialização, mestrado e doutorado sobre os diversos aspectos das nossas instituições.

Desde já, esperamos, pois, contar com sua valiosa colaboração.

Atenciosamente,

Prof^a Maria de Jesus Araújo Ribeiro

Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará

Professora convidada pelo curso de Especialização em Docência na Educação Infantil da Faculdade de Educação da Universitária Federal do Ceará

**APÊNDICE B - Termo de consentimento livre e esclarecido para instituição de
Educação Infantil**

Eu, professora ANA VERA NOGUEIRA JOTA, aluna do curso de Especialização em Docência na Educação Infantil, oferecido pelo Ministério da Educação em parceria com a Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, realizarei uma pesquisa orientada pela professora Ms. Maria de Jesus Araújo Ribeiro, cujo objetivo principal é investigar as concepções da família acerca da Educação Infantil.

A realização desta pesquisa é importante porque se acredita que as questões propostas para este estudo poderão contribuir para a ampliação dos conhecimentos da área, bem como para a construção de novos conhecimentos sobre a atuação das famílias em relação às práticas pedagógicas com as crianças no cotidiano da Educação Infantil.

Esta pesquisa incluirá, em sua metodologia, a realização de entrevistas com as famílias. Serão utilizadas ferramentas como fotografias, gravação das entrevistas e registros escritos, desde que autorizadas pelos sujeitos da pesquisa. Não haverá nenhum custo aos participantes da instituição de Educação Infantil e todos os materiais serão custeados pela pesquisadora.

Por meio deste documento estou sendo informado(a), que:

- a participação da instituição nesta pesquisa é de livre e espontânea vontade, voluntária, e se limitará a permitir o acesso e permanência da pesquisadora na instituição durante a coleta das informações necessárias para a pesquisa;
- a identificação da instituição de Educação Infantil e dos participantes serão mantidos em sigilo, garantindo o anonimato e privacidade da instituição e das famílias.

Li este termo de consentimento e concordo em colaborar com a pesquisa.

Nome: _____

Escola: _____

Endereço: _____ Telefone: _____

Assinatura: _____

Função: _____

_____, _____ de _____ de 2015

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: se você tiver alguma consideração ou dúvida, estou à disposição para qualquer esclarecimento, seja pelos telefones (88) 9909-4565; (85)9992-9751 ou pelos e-mails: anaverajota@gmail.com; jesusar02@hotmail.com.

Desde já agradeço a sua gentil colaboração.

APÊNDICE C - Termo de consentimento livre e esclarecido para as famílias

Eu, professora ANA VERA JOTA, aluna do curso de Especialização em Docência na Educação Infantil, oferecido pelo Ministério da Educação em parceria com a Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará realizarei uma pesquisa orientada pela professora Ms. Maria de Jesus Araújo Ribeiro, cujo objetivo principal é investigar as concepções da família acerca da Educação Infantil.

A realização desta pesquisa é importante porque se acredita que as questões propostas para este estudo poderão contribuir para a ampliação dos conhecimentos da área, bem como, para construção de novos conhecimentos sobre a atuação das famílias em relação às práticas pedagógicas desenvolvidas com as crianças no cotidiano da Educação Infantil.

Esta pesquisa incluirá, em sua metodologia, a realização de entrevista com as famílias. Serão utilizadas ferramentas como fotografias, gravação das entrevistas e registros escritos, desde que autorizadas pelos sujeitos da pesquisa. Não haverá nenhum custo aos participantes da instituição de Educação Infantil e todos os materiais serão custeados pela pesquisadora.

Por meio deste documento estou sendo informado (a), que:

- minha participação nesta pesquisa é de livre e espontânea vontade, voluntária, e se limitará a acompanhar as atividades de pesquisa e responder as perguntas apresentadas pela pesquisadora responsável pela coleta das informações;
- a identificação dos participantes e da instituição de Educação Infantil será mantida em sigilo, garantindo o anonimato e privacidade da instituição e de suas famílias.

Li este termo de consentimento e concordo em colaborar com a pesquisa.

Nome: _____

Escola: _____

Endereço: _____ Telefone: _____

Assinatura: _____

Função: _____

_____, _____ de _____ de 2015

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: se você tiver alguma consideração ou dúvida, estou à disposição para qualquer esclarecimento, seja pelos telefones (88)9909-4565 (85); 9992-9751 ou pelos e-mails: anaverajota@gmail.com; jesusar02@hotmail.com.

Desde já agradeço a sua gentil colaboração.

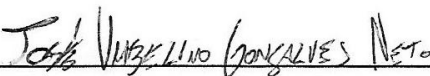
APÊNDICE D - Roteiro de entrevista com famílias

1. Qual o significado da Educação Infantil para a senhora?
2. Por que a senhora matriculou o seu filho nessa Escola?
3. O que a senhora espera dessa escola?
4. Segundo o que a senhora sabe, qual o papel que essa escola deve ter na educação do seu filho?
5. Para a senhora, o que é infância?
6. Para a senhora, o que é ser criança?
7. O que a senhora entende por aprendizagem das crianças?
8. E para a senhora, o que é o desenvolvimento de uma criança? Me fale como você acha que a criança se desenvolve?
9. A senhora gosta ou não dessa Escola? Por quê?
10. A senhora frequenta essa escola? Quando?
11. Como a senhora acha que deve ser a relação da escola com as famílias das crianças?

DECLARAÇÃO

Eu, **José Umbelino Gonçalves Neto**, RG nº 2005009042310, graduado em Letras, com habilitação em Português e Literaturas Vernáculas, declaro, para os devidos fins, ter realizado a correção ortográfica e gramatical bem como a formatação, de acordo com o Guia de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da Universidade Federal do Ceará (UFC), da monografia intitulada: **“As concepções que as famílias possuem acerca da Educação Infantil e de sua relação com a escola”**, de autoria de **Ana Vera Nogueira Jota**, aluna regularmente matriculada no Curso de Especialização em Educação Infantil, oferecido pela Faculdade de Educação/UFC.

Fortaleza, 28 / junho / 2015



José Umbelino Gonçalves Neto

Telefone: (85) 998.210.932